UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

EVELYN GUEDES DE LIMA

AS INTERVENÇÕES HIGIENISTAS NO RECIFE DOS MOCAMBOS: o Plano de Saneamento do Recife, a Liga Social Contra os mocambos e as novas formas de morar (1910-1945)

RECIFE
2025

EVELYN GUEDES DE LIMA

AS INTERVENÇÕES HIGIENISTAS NO RECIFE DOS MOCAMBOS: o Plano de Saneamento do Recife, a Liga Social Contra os mocambos e as novas formas de morar (1910-1945)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Profª Drª Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Coorientador: Me. Lucas de Lima Silva

RECIFE

2025

EVELYN GUEDES DE LIMA

AS INTERVENÇÕES HIGIENISTAS NO RECIFE DOS MOCAMBOS: o Plano de Saneamento do Recife, a Liga Social Contra os mocambos e as novas formas de morar (1910-1945)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Aprovado em: 18/12/2025

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque (Orientadora)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

_____

Me. Lucas de Lima Silva (Coorientador)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

_____

Profª. Drª. Giselda Brito Silva (Examinador Interno)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

_____

Prof. Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior (Examinador Externo)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

L732i Lima, Evelyn Guedes de.
As intervenções higienistas no Recife dos Mocambos: o Plano de Saneamento do Recife, a Liga Social contra os mocambos e as novas formas de morar (1910-1945) / Evelyn Guedes de Lima. – Recife, 2025.
62 f.; il.

Orientador(a): Mariana Zerbone Alves de Albuquerque.
Co-orientador(a): Lucas de Lima Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em História, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências.

1. Higienismo. 2. Mocambos (Recife, PE). 3. Saneamento urbano (Recife, PE). 4. Mocambos - Comunidades I. Albuquerque, Mariana Zerbone Alves de, orient. II. Silva, Lucas de Lima, coorient. III. Título

CDD 909

Este trabalho é dedicado à Edja da Silva Lima (*in memoriam*), minha amada tia, a qual devo toda fé que tenho na educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus e todos os seres de luz, que com toda sua bondade me guiaram e protegeram até aqui.

Meus mais sinceros agradecimentos à Mariana Zerbone, minha professora orientadora. Agradeço por todo tempo e conhecimento compartilhado, pelas orientações, pela paciência, e, sobretudo, por acreditar no meu desenvolvimento e potencial. Desta maneira, agradeço também a Lucas de Lima Silva, meu coorientador, por toda paciência de sempre, pela credibilidade e pelo excelente diálogo estabelecido durante todos esses anos.

Aos colegas de laboratório de pesquisa, membros do RecLab, agradeço a partilha de conhecimento, os encontros produtivos, as diversas oportunidades e sugestões, por mais simples que parecessem. Espero continuar encontrando-os em outras etapas desta longa jornada.

Minha eterna gratidão à mulher que me deu à luz, e que se esforçou todos os dias, mesmo em meio a tanta adversidade, para que eu pudesse ter acesso a oportunidades que ela um dia precisou deixar passar. Sou grata pelo zelo, pelo cuidado, pelo apoio, pela compreensão, pela segurança, pelo companheirismo e pela proteção. Toda minha admiração à Ericka Guedes, minha amada mãe.

Reconhecendo esta trajetória como fruto de muitos esforços, agradeço também ao meu pai, Erison Lima, minhas queridas avós Edileuza e Margarida, meu avô Edmilson Guedes, à minha prima, quase irmã, Mayara Lima, meu tio Eider Guedes, e às minhas estrelinhas Edja Lima (*in memoriam*), Erivan Lima (*in memoriam*), Edson Lima (*in memoriam*), que com toda certeza ficariam orgulhosos de acompanhar a conclusão de uma etapa muito importante em minha vida.

Agradeço aos meus irmãos Washington Filho, Camilly Svedese e Maria Clara, que me incentivam sempre, ainda que não saibam ou tenham dimensão, a buscar ser alguém melhor.

Sou muito grata pelos lindos encontros que a vida me proporciona, e é muito gratificante saber que construí laços com pessoas que posso contar em momentos bons e ruins. Meus agradecimentos a Maysa Cruz, Samuel Lucas e Emile Fernandes, meus melhores amigos desde a época da escola, por todo apoio e compreensão de sempre.

A graduação me proporcionou conhecer e conviver com pessoas extraordinárias, como é o caso de todos os meus colegas de turma, sem exceção. Apesar de admirar todos e ser eternamente grata pelo companheirismo, não poderia deixar de mencionar os meus queridos

amigos e irmãos João Matheus e José Roberto, com quem dividi momentos de felicidade, de tristeza, perdas, conquistas, e acima de tudo, muitas risadas e histórias. Para além deles, destaco também Vanessa Costa e Ingridy Augusta, que compunham o nosso inseparável grupo de trabalho e seminários nos primeiros períodos da graduação, e que se fizeram muito importantes enquanto colegas de turma e queridas amigas. Que privilégio poder encontrá-los e dividir esses árduos anos de graduação com pessoas tão ímpares. Neste segmento, agradeço também a um grande amigo que fizemos em comum, responsável por nos proporcionar memórias muito boas, além de possuir um dos melhores estabelecimentos da comunidade local. Meus agradecimentos à Delleon José, que, para além de sua função profissional, acolheu a mim, João Matheus e José Roberto enquanto seus amigos, e, embalado totalmente pela alegria de nosso encontro, como seus "filhos".

Agradeço a todos os excelentes profissionais da educação os quais tive o privilégio de ser aluna enquanto criança e adolescente, como as professoras Esmeralda e Paula Silva, e os queridíssimos Jorge Trajano, Dayvidson Bandeira e Geyvson Carlos. Todos esses, de maneiras diferentes, me fizeram enxergar a educação como um espaço de acolhimento, e, sobretudo, enxergar a docência como um ato de amor.

Gratidão a todas as pessoas que encontrei no meio dessa jornada, que seguem comigo ou não, de alguma forma, mas que se fizeram muito importantes para a construção de quem sou hoje.

Minha eterna gratidão a todos.

Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de *sêres* humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo.

- **Josué de Castro**

RESUMO

O presente trabalho visa compreender como o higienismo na cidade do Recife interferiu no modo de vida dos mocambeiros da região central da capital pernambucana, a partir das duas principais ações higienistas executadas na primeira metade do século XX: O Plano de Saneamento do Recife de Saturnino de Brito (1910) e a Liga Social Contra os Mocambos (1939). Apesar de duas intervenções diferentes, é expressivamente notório o quanto ambas afetaram o modo de vida dos mocambeiros em um movimento de continuidade, no qual no período do Plano, o debate higienista ganha força na cidade e os mocambos passam a ser alvo de críticas ferrenhas por parte da elite e médicos, e se intensifica cada vez mais, até culminar na criação da Liga Social Contra os Mocambos, que, de maneira mais efetiva, consegue realizar a expulsão daquela população indesejada, excepcionalmente da região central recifense, os realocando em zonas mais distantes do centro dentro de conjuntos habitacionais, chamadas à época de "Villas Habitacionais". A pesquisa conta com fontes variadas, desde referências importantes para o campo, análise de fontes periódicas, iconográficas, a parte descritiva do Plano de Saneamento de Saturnino de Brito, além de contar com a inserção de plantas arquitetônicas importantes para compreender as novas formas de morar nas villas habitacionais a partir das ações da Liga. As seções tratam desde a chegada e estabelecimento dessa população nas zonas alagadas, até o que se pôde extrair de suas dinâmicas habitacionais a partir do deslocamento para as novas casas, caracterizando o cotidiano dentro de um modo de vida muito diferente do que aquele que possuíam no início do século XX, agora dentro dos padrões impostos pelas interferências higienistas.

Palavras-chave: Higienismo, Recife, Mocambos, Plano de Saneamento do Recife, Liga Social Contra os Mocambos.

ABSTRACT

This study aims to understand how the hygienist movement in the city of Recife interfered with the way of life of the mocambeiros in the central region of the Pernambuco capital, based on the two main hygienist actions carried out in the first half of the 20th century: The Recife Sanitation Plan by Saturnino de Brito (1910) and the Liga Social Contra os Mocambos. Although two different interventions, it is remarkably noticeable how both affected the way of life of the mocambeiros in a movement of continuity. During the period of the Plan, the hygienist debate gained strength in the city, and the mocambos became the target of fierce criticism from the elite and doctors. This criticism intensified increasingly until it culminated in the creation of the Liga Social Contra os Mocambos, which, more effectively, managed to expel that undesirable population, especially from the central region of Recife, relocating them to areas farther from the center within housing complexes, called "*Villas Habitacionais*" at the time.The research uses diverse sources, from important references in the field and the analysis of periodical and iconographic sources to the descriptive part of Saturnino de Brito's Sanitation Plan. It also incorporates architectural blueprints, which are important for understanding the new ways of living in the housing villas resulting from the League's actions. The sections range from the arrival and establishment of this population in the flooded zones to what could be gleaned about their housing dynamics after displacement to the new houses, characterizing the daily life within a way of life very different from the one they had created at the beginning of the 20th century, now within the standards imposed by the hygienist interventions.

Keywords: Hygienism, Recife, Mocambos, The Recife Sanitation Plan, Social League Against the Mocambos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Arrabalde do Recife, Família de Negros - Raro Cartão Postal Antigo Original, circulado 1904 19
Figura 2 – Região alagada e mocambos. Recife, início do século XX. 20
Figura 3 – Mapa da Cidade do Recife (Douglas Fox, 1906), sinalizando áreas citadas com a presença de mocambos. 21
Figura 4 – O homem da ostra 23
Figura 5 – Lavadeira 23
Figura 6 – Anúncio de venda de vacas leiteiras 24
Figura 7 – Porcos em região alagada com mocambos ao fundo 25
Figura 8 – Interior de um mocambo. Recife. 29
Figura 9 – Interior de um mocambo. Recife. 29
Figura 10 – Interior de um mocambo. Recife. 29
Figura 11 – *Summario* da Imprensa 33
Figura 12 – Escreve-nos o ilustre dr. Bruno Simões Magro 35
Figura 13 – Noite de São Bartolomeu 43
Figura 14 – Planta de casa *typo* 2 48
Figura 15 – Planta de casa *typo* 7 49
Figura 16– Planta Vila das Costureiras - Lotes 49 e 50 51

SUMÁRIO

	Introdução	**13**
1	**Uma nota sobre a vida nos alagados: o cotidiano dos mocambeiros no Recife do início do século XX**	**18**
2	**As intervenções higienistas da primeira metade do século XX: o Plano de Saneamento do Recife e a Liga Social contra os Mocambos**	**31**
2.1	O Plano de Saneamento do Recife, por Saturnino de Brito	**31**
2.2	A Liga Social Contra os Mocambos - entre os discursos e as ações	**38**
3	**O impacto das intervenções higienistas nas práticas cotidianas e formas de morar dos mocambeiros**	**46**
	Considerações Finais	**55**
	Referências	**57**

INTRODUÇÃO

A cidade do Recife do início do século XX era um espaço de contrastes, onde a vida urbana pulsava entre a modernização incipiente e as marcas profundas de um passado colonial. A cidade era marcada por ruas estreitas, becos e sofria com uma densidade habitacional, especialmente nos bairros mais populares da atual região central, como Santo Antônio e São José. Dentro dos aspectos citadinos e suas dinâmicas, a região, apesar de suas ruas movimentadas pelo comércio, era constantemente enquadrada em um panorama urbano bastante crítico, sendo atrelada a insalubridade e as diversas epidemias que se proliferavam.

A capital pernambucana, excepcionalmente sua região central, foi marcada por diversas reformas urbanísticas desde seu reconhecimento, e, sobretudo, no século XX. Vale constatar a presença dessas reformas que aparecem dentro do processo de modernização da cidade, muito influenciadas pelo modernismo europeu, como é o caso da reforma no bairro do Recife com o alargamento da Marquês de Olinda e o surgimento da Avenida Rio Branco, cujo desenho foi inspirado pelo modelo adotado em Paris, implementado por Georges-Eugène Haussmann.

Um outro exemplo da necessidade de "embelezamento" da cidade pode ser constatado na Praça da República, que foi remodelada na década de vinte, a partir de um importante projeto que visava essas ações, o que, segundo Maria Almeida e Virgínia Pontual (2010, p. 72), culminaria nas décadas seguintes num grande número de desapropriações de propriedades em virtude do mesmo programa.

Ainda dentro do viés modernista, notifica-se também reformas significativas em alguns bairros da região central do Recife, como pontuam Gomes e Albuquerque (2024, p. 219-220) acerca da verticalização que atinge o bairro de Santo Antônio entre o final da década de 1930 até 1950, excepcionalmente nas imediações da Avenida Guararapes, caracterizando o estilo de prédio que encontramos na referida avenida até os dias atuais, sendo essas ações seguidas pelas obras que dão origem à Avenida Dantas Barreto, ainda na década de quarenta. Entretanto, além dos ideais modernistas, um discurso muito latente no Recife do início do século estava vinculado a questões higienistas.

A população, em grande parte pobre, enfrentava condições precárias de higiene, com relatos frequentes de doenças como febre amarela, varíola, peste bubônica e tuberculose, agravadas pela falta de saneamento básico e pela proximidade dos rios e mangues, locais estes muito habitados por moradias mais precárias ainda: os mocambos. Essas moradias, bem como seus moradores, além da questão da insalubridade, eram vinculadas também a muitas outras

problemáticas, como a criminalidade, algo evidente nos periódicos das primeiras décadas do século XX, caracterizando-os como "desordeiros, gatunos, e os filhos mais ameaçadores que a escravidão legara à cidade" (Arrais, 1998).

A cidade já era pauta de planos de intervenções que pudessem vir a corroborar com as mudanças e extinção dessas problemáticas, excepcionalmente o que envolve a gama higienista. Logo após a Proclamação da República, por exemplo, aprova-se a primeira lei municipal que se referia à necessidade de higiene e melhoramentos públicos no Recife, permitindo a demolição de edifícios das até então Freguesias de Santo Antônio e São José, proporcionando a abertura de ruas, becos, e travessas estreitas, que será melhor explicitada mais à frente. Algo característico do modelo de política republicano no século XX, era a influência dos ideais que propagavam uma ideia de progresso, modernização, além do higienismo como medida de intervenção estatal para solução de problemas como a insalubridade urbana, algo comum a muitas outras cidades brasileiras no período, como os famosos cortiços e as campanhas de vacinação de Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro.

Na capital pernambucana, o divisor de águas do urbanismo e de como a cidade se desenvolveria e se comportaria em relação a tais aspectos tem seu início em 1910, a partir do Plano de Saneamento de Saturnino de Brito. O plano, de forma geral, culmina em um sistema de arruamento que resultou em aterros, canais e avenidas, desenhado para a ocupação daquelas regiões que não compreendiam ao centro da cidade, chamadas de periferias. Mediante as ações a partir do Plano, também estavam sendo aproveitadas através de aterros as áreas de mangue e alagados, como é o exemplo do que compreendemos atualmente como o bairro do Espinheiro e diversas regiões que conhecemos como alagadiças na atualidade, como a ilha de Joana Bezerra. Com o plano, implementa-se também e principalmente o sistema de saneamento básico na cidade do Recife, no intuito de diminuir os impactos da cidade insalubre, algo que era muito pautado pelos higienistas como uma das principais causas das doenças na época. A partir das reformas que se desenrolaram até meados de 1918, último ano de Saturnino em Recife, outras necessidades foram surgindo, bem como a força de outros ideais também. Entretanto, contrastando com todo esse ideal de progresso do século XX, a pobreza ainda aparecia como um problema estrutural, e mais que isso, visual, estampado para quem frequentasse a região central a partir da permanência dos mocambos nessa região, excepcionalmente em bairros como Afogados, Santo Antônio, São José, Cabanga, Ilha do Leite e Santo Amaro.

A partir do Estado Novo (1937-1945), com o governo do interventor Agamenon Magalhães, que o discurso higienista irá atingir fortemente os mocambos, com o surgimento da Liga Social Contra os Mocambos (1939), uma política pública, que tinha como intuito principal

a erradicação dessas moradias irregulares. A interventoria utilizava de diversos discursos pautados no sentimento patriota e progressista, onde o combate ao mocambo aparece como um dever social, e, nesse sentido, os recifenses deveriam unir-se em busca da limpeza da cidade, o que caracterizou os mocambos "o mal" daquela época. As ações da Liga resultam no deslocamento de parte dessa população para construções chamadas de "Villas Habitacionais", caracterizando uma interiorização dessa população, com o intuito de esconder tal problemática, e ignorando completamente problemas como a desigualdade social, havendo vista que, aparentemente, não foi fornecido nenhum amparo financeiro àqueles que foram afastados de seu ambiente de trabalho: o centro do Recife.

Dentro destas especificidades, o atual trabalho tem como intuito investigar as modificações e ações direcionadas as dinâmicas habitacionais dos mocambeiros no Recife, a partir do Plano de Saturnino de Brito, assim como sua potencialização e desdobramento com o surgimento da Liga Social Contra os Mocambos, visando captar sua interferência e impactos nos modos de vida e de morar da referida parcela da população recifense. Apesar de duas intervenções diferentes, é expressivamente notório o quanto ambas afetaram o modo de vida dos mocambeiros.

Caracterizando o processo metodológico, inicialmente foi feita uma revisão bibliográfica, havendo a necessidade de reconhecer o Recife da primeira metade do século XX, suas especificidades, um pouco de seu cenário socioeconômico, e excepcionalmente a inserção dos mocambos nesse contexto, havendo vista que estas eram ocupações encontradas em grande quantidade na cidade à época.

No que compete a análise de fontes, a atual pesquisa faz uso da análise de Conteúdo de Laurence Bardin, dividida nos processos de pré-análise, exploração dos documentos, e por fim, o tratamento das informações, caracterizando uma metodologia qualitativa e de análise sistemática dos dados. Tratando da aplicação da metodologia, serão realizadas buscas em fontes periódicas dentro do recorte - como o Jornal Pequeno, A Província, Diário da Manhã, Diário de Pernambuco e Jornal do Recife-, a partir da Hemeroteca Digital, visando coletar informações que repercutiam sobre o processo de execução do plano urbanístico de Saturnino de Brito, bem como pesquisas para captar as representações das habitações dos mocambos e sua população na época, além dos discursos e as ações mobilizadas pela Liga Social Contra os Mocambos em seus anos iniciais.

Para além dos periódicos, existe um outro tipo de documentação muito importante para o reconhecimento das espacialidades e dos possíveis deslocamentos realizados no período de realocação dos mocambeiros nas vilas habitacionais. O Acervo do Patrimônio Cultural, de

responsabilidade da Unidade de Licenciamento de Zonas Especiais (ULZE), localizada na Prefeitura da Cidade do Recife, conta com uma importante coleção de cópias de plantas arquitetônicas utilizadas no período de implementação do Plano de Saneamento de 1910, composta por desenhos de arquitetura oriundos dos órgãos sanitários estaduais, elaboradas a partir de 1909 até 1959 (Carvalho, Moreira, Menezes, 2010, p. 100) a qual foi atribuída o nome do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito. Os originais dessas plantas são salvaguardados pela COMPESA, herdeira institucional dos esforços estaduais de saneamento (Carvalho, Moreira, Menezes, 2010, p. 126-127), e foram digitalizadas no Laboratório de Imagem da Arquitetura e do Urbanismo (LIAU) da UFPE. Dentro da coleção de cópias, puderam ser notificadas plantas da época da Liga Social Contra os Mocambos, bem como o Plano de Saturnino de Brito, o qual será analisada a parte descritiva.

Diante das plantas presentes na coleção Saturnino de Brito, almeja-se compreender as novas formas de morar, analisando os tipos de habitações promovidas pela Liga, assim como as novas localidades as quais parte da população mocambeira passou a ser realocada, o que norteia o impacto direto em seu cotidiano. Desse modo, a metodologia aplicada é fundamental para a presente pesquisa, agregando à interpretação social, trazida pelo referencial bibliográfico, havendo vista a intencionalidade dentro do processo estipulados por Bardin, seja a partir dos periódicos ou das plantas arquitetônicas.

O presente trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro, de título "Uma nota sobre a vida nos alagados: o cotidiano dos mocambeiros no Recife do início do século XX", visa abordar o processo de estabelecimento dos mocambos na região central do Recife, levando em consideração alguns aspectos sociais e econômicos encontrados na cidade, visando também explanar um pouco de seu modo e vida nas regiões alagadas, um pouca da percepção externa acerca dessa população, assim como a sua relação com o espaço habitado a época, caracterizando quem e o que estava sendo combatido.

"As principais intervenções higienistas da primeira metade do século XX: o Plano de Saneamento do Recife e a Liga Social contra os Mocambos", segundo capítulo deste trabalho, trata das duas principais intervenções higienistas da primeira metade do século que mais interferem no modo de vida dos mocambos e que legitimam uma série de ações que culminam em sua expulsão. Dividido em subtópicos, o primeiro trata do Plano de Saneamento do Recife (1910), elaborado por Saturnino de Brito, sobretudo da parte descritiva da cidade do Recife, captando de que modo o Plano pôde corroborar com a definição do que era higiênico ou não à época, bem como a acentuação da rejeição dos mocambos aqueles espaços através do discurso higienista, canalizando também a sua recepção e circulação na cidade através dos principais

periódicos da época. O segundo subtópico trata da Liga Social Contra os Mocambos enquanto um agente potencializador deste discurso, agora juntamente com outros ideais, visando compreender, excepcionalmente através de fontes periódicas, discursos e ações que aparecem como políticas públicas em prol do interesse das elites, atrelados agora também ao desejo da cidade modernizada e da prosperidade, algo muito característico do período político da década de trinta.

O último capítulo, de título "Do mocambo às *villas* habitacionais: as novas formas de morar", caracteriza algumas especificidades das novas construções as quais uma parcela dos antigos moradores de mocambos foi realocada, destacando a transição das habitações populares para as novas vilas, erguidas sob os ideais higienistas, a mando da interventoria de Agamenon Magalhães por meio da Liga Social Contra os Mocambos. O foco recai sobre as novas dinâmicas habitacionais nessas construções, situadas agora, em sua maioria, em regiões mais afastadas do centro da cidade do Recife, trazendo possíveis reflexões sobre o modo de vida idealizado pelos projetos oficiais em contraste com as práticas efetivamente vivenciadas por essa população anteriormente.

1. UMA NOTA SOBRE A VIDA NOS ALAGADOS: O COTIDIANO DOS MOCAMBEIROS NO RECIFE DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Diante do início da Primeira República, diversas capitais brasileiras tiveram que lidar com os mais variados problemas, excepcionalmente com a questão habitacional e suas diversas crises e nuances. Em Pernambuco, as consequências da falta de amparo e ajuda financeira aos recém libertos do sistema de trabalho escravo, atrelada às condições precárias encontradas no interior do estado, além das secas que vinham a atingir essas regiões e os trabalhadores e moradores das zonas rurais, resultaram em um aumento demográfico desordenado na cidade do Recife.

Para essa parcela da sociedade pernambucana, o que poderia ser uma nova oportunidade para mudar de vida e a realidade de sua família, acaba se tornando um problema muitas vezes maior. As indústrias, recém-abertas não conseguiam oferecer empregos para toda a população (Miranda, 2002.p.143). Esse processo, associado à falta de moradia, ocasionou a marginalização dessa população, que, sem alternativas, passam a ser trabalhadores informais, e precisam também ocupar as regiões mais desvalorizadas reconhecidas no início do século XX, sendo estes os alagados.

Essa população, que já sofria os danos da marginalização, passou a ocupar essas regiões alagadas através de construções vernaculares, conhecidas como mocambos. Os mocambos eram casas feitas de pau-a-pique, chão de terra batida, e cobertas de materiais de fácil acesso, como palhas secas de coqueiro ou palmeira (figura 1). Seus sítios – as regiões alagadas–, eram muito repercutidas nos periódicos da época como um local perigoso, habitado por pessoas promíscuas, criminosas, além de ser também descrito constantemente como um local insalubre a altamente infecto.

Figura 1 - Arrabalde do Recife, Família de Negros - Raro Cartão Postal Antigo Original, circulado 1904

Fonte: Lenach[1].

Devido à falta de acesso a recursos básicos, como um sistema de água e saneamento, já no início do século, o tipo de moradia caracterizava um grande incômodo para parte da população recifense mais abastada, assim como para os médicos higienistas, de opinião importantíssima para a época devido aos surtos de diversas doenças como a varíola, febre amarela, febre tifo, peste bubônica e gripe espanhola, que assombravam a população recifense nas primeiras décadas do século XX. Além disso, as moradias também vão aparecer como principais inimigas dos modernistas ao avançar dos anos, caracterizando não só o "mal da época" (Bezerra, 1965), mas também o retrato puro da pobreza na Veneza brasileira, o retrato de um tempo que não avança e nem progride.

O Recife possuía diversos pontos em que se era possível encontrar os famosos alagados (figura 2), cujos são sempre descritos, sobretudo nas fontes literárias e periódicas, como locais insalubres, berço de roedores, e que de fato, não era um espaço desejado para se habitar por

[1] Trata-se de um site de leiloeiros. O anúncio foi feito por Ramiro M. Costa. Disponível em https://www.lenach.com.br/pernambuco-arrabalde-do-recife-familia-de-negros-cartao-postal-antigo-original-editado-por-ramiro-costa-circulado-em-1904. Acesso em: 29/11/2025.

parte daqueles que tivessem condições de vida minimamente boas na cidade do Recife. Mario Melo (1984) aponta que, para o período, considerava-se os alagados como terrenos que “além de abundantes, eram espaços sem preço, sem dono e impróprio para a construção de moradias que não fossem de gente pobre”.

Figura 2- Região alagada e mocambos. Recife, início do século XX.

Fonte: Museu da Cidade do Recife.

Dentre os espaços chamados de alagados, as principais regiões apresentadas em menções a áreas com a presença de mocambos, a partir da análise de fontes periódicas analisadas em um primeiro momento, estão: Cabanga, Ilha do Leite, Santo Amaro, Afogados, Coelhos, Ilha do Maruim, São José e Santo Antônio (figura 3).

Figura 3– Mapa da Cidade do Recife (Douglas Fox, 1906), sinalizando áreas citadas com a presença de mocambos.

Fonte: Esquema, elaborado pela autora, 2025.

Tratando da relação entre os mocambeiros e o espaço, o que se encontra nos principais referenciais bibliográficos pode talvez ser resumido em algumas palavras: dependência, extrativismo, pertencimento e coletividade. A narrativa encontrada caracteriza uma outra perspectiva, mais conflitante, isto se dá mediante o ato de analisar agora por outra perspectiva, a outra face da história, muitas vezes silenciada perante os discursos e estereótipos em sua quantidade esmagadora que resultam em episódios de expulsão, exclusão social e discriminação, como infelizmente podemos encontrar ao longo da história.

Tendo em vista o cenário da chegada dessa população à cidade, estas pessoas já encontraram as primeiras dificuldades, sendo elas a falta de empregos e meios para a obtenção de recursos. A partir destas questões, essa população precisa agora encontrar um jeito de morar, comer, e de trabalhar. Devido às escassas oportunidades de trabalho regularizadas à época, foram surgindo algumas profissões sem vínculo empregatício, as quais eram ocupadas pela população moradora dos mocambos. Um aspecto curioso a se pensar é acerca da popularização

dessas profissões, afinal, são muitas perguntas que talvez não possam ser respondidas por se tratar de questões mais específicas, entretanto, ampliando os horizontes interpretativos, estima-se que aquela população, excepcionalmente aqueles advindos do interior e já acostumados com trabalho braçal e doméstico, tenham iniciado a busca por alguma renda através de alguns ofícios que compõe esses nichos no momento inicial, passando posteriormente a ocupar outros ofícios.

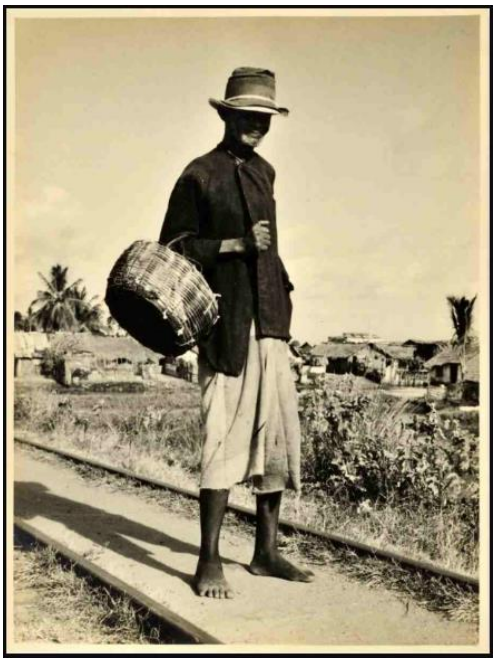
Ressalta-se aqui o ato de construir os mocambos com suas próprias mãos, com materiais que eles encontravam, um ato de continuidade e aplicação desses saberes trazidos de tempos mais antigos e de suas regiões de origem.

Antes de apresentar algumas profissões que foram encontradas, vale destacar o reconhecimento de algumas outras ocupações profissionais ao longo do período analisado, como os operários e militares, com salários razoáveis mas de baixa alfabetização, que vem a conflitar com uma espécie de estigma direcionado aos mocambeiros, ao retrógrado, àquele que não tem vontade de aprender, fadado a profissões desvalorizadas e salários miseráveis, características estas associadas até a atualidade a população periférica e marginalizada. Infere-se que a presença destes grupos se dava devido ao alto custo de vida na cidade, sobretudo o valor que se pagava para viver em uma casa dentro dos padrões considerados higiênicos à época.

Dentro do processo de pesquisa, as principais profissões encontradas foram: biscateiros, pintores, ferreiros, lavadeiras, passadeiras, costureiras, jangadeiros, ambulantes feirantes, militares, operários, catadores, e a parcela de desempregados. Ademais, existiam também aqueles que tiravam dos rios e dos mangues a sua fonte de renda, sendo estes: pescadores, catadores, marisqueiras e artesãos.

As imagens a seguir (figura 4 e 5) exemplificam o perfil desses trabalhadores, elencando, por exemplo, suas vestimentas, pés descalços, o tipo de material utilizado para carregar a mercadoria, além de apresentar ao fundo alguns mocambos em ambas as imagens.

Figura 4 - “O homem da ostra”



Fonte: Villa Digital - FUNDAJ/ Coleção Benício Dias

Figura 5 – “Lavadeira"

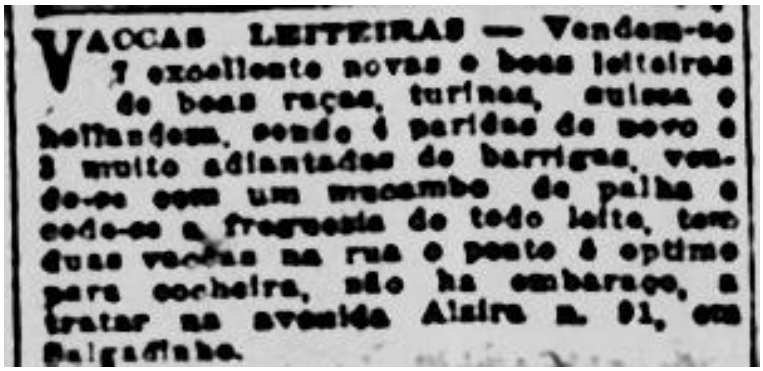
Fonte: FUNDAJ

Acerca das profissões citadas por último, aquelas que possuíam relação direta com o mangue, caracteriza-se aqui a relação extrativista que se tinha com aquele espaço, tendo em vista que o que se comercializava vinha basicamente daquela mesma região. Daniel Bezerra (1965) em sua obra "*Alagados, mocambos e mocambeiros*" disponibiliza uma espécie de "índice", que explicita algumas características dos biomas dos manguezais, no qual vale fazer menção a um tipo de madeira referenciado pelo autor como sendo muito utilizado, contendo sua fibra de coloração vermelha (ideal para tinturas) e muito resistente, que poderiam a vir ser utilizadas na confecção de artefatos de pesca, como arpões, varas e tarrafas, além de outros recursos utilizados para a feitura de redes de dormir (supostamente muito utilizadas pelos moradores devido às condições do chão das moradias) e de pesca, assim como esteiras, balaios e outros objetos feitos de palha de coqueiro.

Dentro das fontes periódicas, fontes também muito importante para a localização de algumas profissões, são encontrados diversos anúncios de aluguel e venda de mocambos, nos quais são geralmente postos os pontos de referência para uma melhor localização por parte dos interessados. Dentro destes anúncios, puderam ser encontradas a presença de quitandas e bancas de vendas, viveiros e cocheiras, revelando também a utilização do espaço do sítio de mocambos em suas respectivas localidades para o desenvolvimento de outras atividades, como a de vendas de frutas e verduras e a criação de bichos, como é o caso do exemplo abaixo (figura 6), no qual notifica-se um anúncio de venda de vacas, dando de brinde ao comprador um mocambo, num local descrito como excelente para a criação dos animais.

Ademais, eram realizados também alguns aterramentos improvisados para que parte do terreno já ocupado não fosse tomado pela água, caracterizando a capacidade de alteração no espaço também, para além de apenas sua habitação e uso de recursos.

Figura 6 - Anúncio de venda de vacas leiteiras


VACCAS LEITEIRAS — Vendem-se
7 excellentes novas e boas leiteiras
de boas raças, turinas, suissa e
hollandeza, sendo 4 paridas de novo e
3 muito adiantadas de barrigas, ven-
de-se com um mocambo de palha e
cede-se a freguezia de todo leite, tem
duas vaccas na rua e posto é optimo
para cocheira, não ha embaraço, a
tratar na avenida Alzira n. 91, em
Belgadinho.

Transcrição: "Vaccas Leiteiras – Vendem-se 7 excellentes novas e boas leiteiras de boas raças, turinas, suissa e hollandesa, sendo 4 paridas de novo e 3 muito adiantadas de barrigas, vende-se com um mucambo de palha e cede-se a freguesia de todo leite, tem duas vaccas na rua o ponto é optimo para cocheira, não há embaraço, a tratar na avenida Alxira, n. 91, em Salgadinho."

Fonte: Hemeroteca Digital/ Jornal do Recife. Recife, 6 de janeiro de 1922. p.7.

Sobre a criação de animais, foi encontrada na coleção do Museu da Cidade do Recife uma imagem muito interessante (figura 7), na qual é possível visualizar alguns porcos circulando pelo local, o que colabora não só para o entendimento do exemplo da matéria acima, mas que de maneira um tanto quanto curiosa remete também ao porco Baé, citado na história contada por Josué de Castro (1967), no romance "*Homens e Caranguejos*", que é criado por Idalina sendo alimentado com "os restos dos lixos das casas ricas", na esperança de engordá-lo e vendê-lo nas festas do fim de ano para obter algum dinheiro.

Figura 7 - Porcos em região alagada com mocambos ao fundo

Fonte: Museu da Cidade do Recife.

Acerca do aluguel, são descobertos novos aspectos que anteriormente não podiam ser visualizados, como por exemplo o caso dos "*senhorios da miséria*" (Bezerra, 1965). Os senhorios da miséria, como pontua Daniel Bezerra (1965) eram basicamente os proprietários de mocambos, aqueles que muitas vezes os construíam às margens dos rios e mangues, e cobravam uma espécie de aluguel para seus habitantes. Outro dado importante a ser trazido para

a presente pesquisa, são os mocambos maiores, chamados de “correr-de-quartos”, que eram habitados coletivamente por duas famílias ou mais.

Ao analisar anteriormente alguns dados disponibilizados, veremos que são feitas referências apenas aos mocambos demolidos, ou seja, quantos mocambos foram retirados de certa localidade, e não quantas famílias foram retiradas e precisam ser realocadas. Tendo isto em vista, levando em consideração que não é possível o acesso ao tamanho dos mocambos e nem suas características específicas nos veículos utilizados para levar notícias do andamento da Liga à população, imaginemos um cenário onde cerca de trinta mocambos do tipo “correr-de-quartos” fossem derrubados, quantas famílias deveriam então serem realocadas? Não obstante, esses cálculos eram feitos? O número dos habitantes chegou alguma vez a ser considerado, visto que as ações eram voltadas a atender os ideais e interesses de modernistas e higienistas? Parece um problema bem mais extenso.

Retomando à questão das relações com os espaços alagados, ressalta-se a cultura da subsistência, haja vista a possibilidade de encontrar nos rios diversas espécies de peixes e outros animais que poderiam ser utilizados para o consumo próprio, como exemplifica Josué de Castro (1967) em sua obra “Homens e caranguejos”, no que foi descrito como um ciclo: o personagem acorda em seu mocambo em uma manhã ensolarada, vai até a beira do mangue, lama aos quatro cantos, faz suas necessidades fisiológicas na mesma água que os caranguejos utilizam como seu habitat, alimentando-se de dejetos (inclusive as necessidades fisiológicas e outros materiais encontrados no mangue), e, mais tarde, este mesmo personagem desfruta de um belo caranguejo cozido. O mocambeiro era um pouco caranguejo, por dentro e por fora.

Ainda no trabalho de Bezerra (1965), somos postos diante da presença de salas de aula primárias nos sítios de mocambos, mantidas, estima-se, pela própria população, muitas vezes ameaçadas de serem fechadas mediante conflitos com autoridades dentro do debate de sua permanência nos terrenos alagados. Tal informação pode levantar uma série de questões, e explicitar o senso de coletividade por parte dos mocambeiros, imaginando-os como uma sociedade “fechada”, não por escolha, mas em decorrência de toda a exclusão, dentro de uma sociedade maior, assim como colocou Carlos Miranda (2003), em seu artigo “Um urbanismo excludente: o caso da capital federal e do bairro do Recife no início do século XX”. Os mocambeiros partilhavam das mesmas práticas, se entendiam, e indubitavelmente, visto a falta de amparo por parte de órgãos maiores, só tinham uns aos outros.

> Apesar dos conflitos e das dificuldades enfrentadas no dia a dia, seus moradores, com frequência, criavam redes de solidariedade e passavam a considerar seus vizinhos

> como espécies de parentes de sua família, com os quais poderiam contar nos momentos de dificuldade. (Miranda, 2003. p.144.)

Tratando da representação dos mocambos em relação às suas condições e localização, tem-se aspectos já conhecidos: casas precárias, localizadas nas regiões alagadiças, compostas por materiais de fácil acesso e extremamente insalubres. Os sítios de mocambos são geralmente descritos enquanto espaços propícios à proliferação de doenças e poluidores visuais, discursos esses que serão bastante utilizados em um primeiro plano pelo Interventor Agamenon Magalhães no período das ações da Liga Social Contra os Mocambos. Entretanto, ao acessar as fontes periódicas, veremos que, pelo menos nas três primeiras décadas do século XX, uma das descrições e associações mais realizada está relacionada à criminalidade.

Nas décadas que dão início ao século XX, o que mais pôde ser encontrado ao buscar os termos "mocambo" e "mucambo" através da Hemeroteca Digital foram menções e associações a crimes: relatos de crimes que ocorreram em determinada localidade, criminosos que eram moradores de mocambos situados em outra região, sítios de mocambos como regiões violentas, corpos encontrados próximo à sítios de mocambos, dentre outras ocorrências. Ao avançar dos anos, até o ano de 1930, fora constatado que o discurso repercutido não muda, as regiões e seus moradores continuam a ser associados ao crime, à promiscuidade e à "*immundice*".

Especialmente no periódico Jornal Pequeno (PE), vale a menção a dois criminosos, "O terror da Capunga" (José Cândido), e "Fura Mucambos" (Jose Ignacio dos Santos), carregando ambos em seus "vulgos" menções a espaços que tinham a presença de mocambos. O "Fura Mucambos", aparecia recorrentemente em jornais, pautado como um sujeito perigoso, que se envolveu diversas vezes em brigas, sendo também responsabilizado por um assassinato realizado no Largo da Igreja da Penha, de outro indivíduo de vulgo "Pé de Palheta". Percebe-se aqui de que forma tais crimes e ocorrências vinham a corroborar com determinados estereótipos acerca da localidade, e faz com que projetemos uma dimensão do que se repercutia no imaginário daquela sociedade acerca dos sítios de mocambos e a generalização que poderia ser feita em relação a seus moradores, caracterizados nos periódicos das primeiras décadas do século XX como "*desordeiros, gatunos, e os filhos mais ameaçadores que a escravidão legara à cidade*" (Arrais, 1998).

A respeito das ruas, um caso curioso do processo de pesquisa envolvendo o conflito entre fontes ajudou na descoberta de algumas informações acerca da Rua Sete Mucambos, a qual, apesar de algumas pesquisas, não tinha sido possível localizá-la atualmente. Na coleção da Villa Digital, foi localizado em um outro momento uma imagem de uma fila de mocambos construídos na Rua Sete Mocambos. Através dos periódicos, foi possível encontrar menções à mesma rua, fazendo referências a um terreno alagado localizado nas imediações do Hospital

Dom Pedro II, o qual deduz-se ser próximo ao que hoje conhecemos como a comunidade dos Coelhos.

Na Coleção Saturnino de Brito[2], presente no Acervo do Patrimônio Cultural, sito à Prefeitura da Cidade do Recife, por fim foi possível notificar menções à Rua Sete Mocambos como sendo a atual Rua dos Coelhos, algo bem esclarecedor, não só para compreender melhor as manchetes sobre o aterro que estava sendo feito de forma precária (o qual estimava-se num primeiro momento estar sendo feito por populares), mas também para melhor esclarecer a dinâmica de formação de algumas zonas ocupadas por moradias precárias ainda atualmente, corroborando com a comprovação de uma hipótese antiga da presença de mocambos naquelas imediações.

Sobre o caso dos aterros, como o referido acima, foram encontradas três matérias nos anos de 1901, 1902 e 1907, as quais demonstram insatisfação com um pequeno aterro que está sendo feito "de forma pouco higiênica" no terreno alagado localizado frente ao Hospital Dom Pedro II, às proximidades da atual Rua dos Coelhos. Em determinado momento da pesquisa, havia sido levantada a possibilidade de que as três matérias falassem da mesma localidade, e que o aterro estivesse sendo feito de forma precária por parte da população mais pobre, e por isso as denúncias. Entretanto, ao buscar o termo "aterro" para pôr em xeque tal hipótese, foi possível compreender que as denúncias dos anos de 1901 e 1902 não estavam sendo direcionadas a quem estava realizando o processo de aterramento, mas sim ao tipo de material utilizado no processo, que não estava enquadrado no parâmetro de materiais adequados aos padrões higiênicos da época. Portanto, não foi possível concluir a interferência de populares neste processo, apesar de conhecer a presença dessas habitações nessa localidade posteriormente.

Tal aspecto concluído acima, mostra não só a importância de analisar as hipóteses dentro do processo de pesquisa histórica, mas, mostra outra face da problemática acerca dos alagados: a desvalorização desses sítios e a associação à insalubridade existente mesmo antes da construção dos mocambos. As construções, como foi possível observar durante o processo de pesquisa, configuram um caráter potencializador deste discurso.

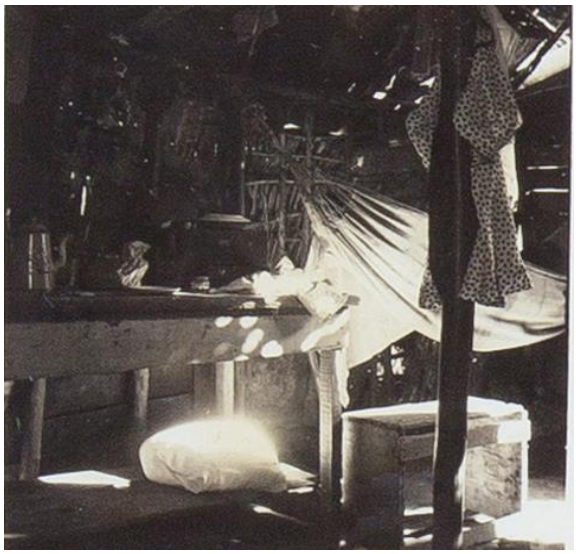
Posteriormente, foi constatado que a notícia que havia sido encontrada referente ao ano de 1907 não tratava da mesma localidade, mas sim da Rua da Jangada, que, de acordo com a referida notícia, estava localizada à época no bairro de São José. A seção, apesar de não tratar

[2] A coleção contém as plantas de levantamento arquitetônico para a instalação do sistema sanitário de imóveis no século XX.

do mesmo local, explana um pouco da representação dos espaços, e, consequentemente, do modo de vida dessas "famílias paupérrimas" que viviam em meio a "*immundice*", em "velhos casebres defeituosos e insalubres, alheios a *quaesquer* preceitos *hygienicos*".

Através do catálogo do Museu da Cidade do Recife, foram encontradas algumas imagens que retratam a parte interior de alguns mocambos (figuras 8, 9 e 10). É certo que, constantemente menciona-se as condições precárias que aquela população vivia, entretanto, o acesso às imagens foi de suma importância e esclarecedor para a presente pesquisa, haja vista a necessidade de compreensão do cotidiano dos moradores, suas dinâmicas e realidade da forma mais próxima possível.

Figura 8, 9 e 10 - Interior de um mocambo. Recife.



Fonte: Museu da Cidade do Recife.

São inicialmente destacados alguns aspectos cotidianos, assim como relação dos mocambeiros com o espaço, sobretudo a cidade como um todo, visto que, além de fazerem alterações nos próprios sítios de mocambos, dependiam também do espaço da cidade para a execução de suas ocupações profissionais, e, apesar de toda a exclusão e desigualdade social em todos os aspectos, eram afetados constantemente e igualmente pelos diversos problemas que envolviam a infraestrutura da cidade e suas dinâmicas.

Afetados desde o processo de transição para o período republicano, essa parcela da população precisou encontrar um modo de morar, comer, dormir e trabalhar em meio a tantas adversidades por falta de alternativas, afinal, estavam diante de um cenário caótico e desesperador: sem oportunidade de obtenção de renda, imersos em um contexto urbano demasiadamente movimentado e excludente, sem nenhum tipo de amparo ou auxilio governamental, automaticamente fadados à necessidade e escassez quando em comparação com o restante da população do Recife na época.

Trata-se esta seção da discussão acerca de uma parte da população que não possuía uma alternativa, se não ocupar a cidade em suas condições, mesmo que em regiões insalubres perante os padrões higiênicos da época, em busca de recursos que condicionassem o mínimo de dignidade. O senso de pertencimento e de coletividade por parte dos mocambeiros, assim como a sua relação com as regiões alagadas e toda sua luta, que se adensará ainda mais na década de quarenta, caracterizam a continuidade de uma resistência, mas, acima de tudo, evidenciam a luta pela sobrevivência numa sociedade desigual, e que, como é possível notificar na atualidade, não é apenas característica exclusiva de seu tempo.

2. AS INTERVENÇÕES HIGIENISTAS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: O PLANO DE SANEAMENTO DO RECIFE E A LIGA SOCIAL CONTRA OS MOCAMBOS

O higienismo pode ser considerado o denominador comum das principais políticas e planos adotados para a expulsão dos mocambos da região central do Recife. Por mais que a Liga Social Contra os Mocambos (1939) tivesse uma intencionalidade repassada para o público, as principais referências afirmam que era um combate ao visual, ao que contrastava com as ideias de progresso tão repercutidas no primeiro século do período republicano brasileiro.

Diante disso, é necessário levar em consideração debates que já existiam no período de implementação dos Planos Urbanísticos, como é o caso do Plano de Saneamento do Recife, elaborado por Saturnino de Brito, que se permanecem no governo de Sérgio Loreto, e se intensificam a partir da chegada de Agamenon Magalhães ao poder, afinal, nos principais meios de comunicação da época, repercutiu-se no imaginário popular que o combate ao mocambo era um "dever social", em prol da população, sobretudo da saúde e da ordem, e as vilas habitacionais surgem como suposta solução.

É extremamente importante entender os planos urbanísticos e diversas outras ações dessa magnitude na época como uma espécie de parâmetro para a promoção de uma cidade mais organizada, mais limpa, livre dos miasmas e outras doenças transmitidas pelo ar e pelos roedores que trafegavam pela cidade. Dessa maneira, atribui-se a Liga a continuidade desse processo, utilizando agora de outras estratégias voltadas para uma parcela da população.

2.1 O Plano de Saneamento do Recife, por Saturnino de Brito

Segundo Almeida e Pontual (2010), logo no início da Primeira República, como inferência da urgência higienista, somos postos diante da Lei nº4, de 27 de fevereiro de 1893, que caracteriza a primeira lei municipal aprovada, que fazia referência a necessidade de reformas que promovem higiene e modificações públicas, principalmente através de demolições de prédios encontrados nas freguesias de São José e Santo Antônio, bem como a abertura de ruas estreitas e becos. Tal iniciativa surge em decorrência do combate à tuberculose à época, num cenário onde acreditava-se na necessidade de uma melhor ventilação nessas regiões, para a circulação do ar.

Em relação ao debate higienista, é de suma importância notificar um dos atos mais importantes para a cidade no início do século XX, e que tem um impacto direto no cotidiano dos mocambeiros, e corrobora na percepção acerca de seu modo de vida: o Plano de Saneamento de Recife, de Saturnino de Brito.

Visando uma modificação no quadro sanitário da cidade, o Governador Herculano Bandeira de Melo encomendou o projeto no ano de 1909, momento em que Saturnino de Brito se dedicava ao Plano de Santos, e, portanto, só pôde ter sua execução iniciada no ano de 1910. Herculano Bandeira de Melo (1908-1911) tem o seu governo conhecido por buscar promover a modernização da cidade do Recife durante o mandato, e é junto a Saturnino de Brito que ele consegue consolidar uma série de ações.

Dentre as principais ações idealizadas pelo Plano de Saneamento do Recife, destaca-se as obras do Porto, o estabelecimento da rede de esgoto e canais, bem como melhorias no sistema distribuição de água potável, a melhoria das habitações e novos planos de edificações para atender os padrões higiênicos em relação a iluminação solar e ventilação, a viabilidade da isenção de impostos àqueles imóveis que fossem construídos dentro dos padrões salubres, e um plano de arruamentos seguindo agora o novo plano de extensão dos esgotos, além do aproveitamento de espaços livres para a construção de parques, promovendo uma maior arborização e embelezamento da paisagem. Em suma, a partir do Plano de Saneamento do Recife, caracterizando alguns pontos do que se idealizou inicialmente (p.77-78), visava-se implementar um sistema de esgotos sanitários diferente do sistema de drenagem, o controle de enchentes e alagamentos, o aterramento de algumas áreas alagadas, além de, principalmente, neste sentido, eliminar os focos das doenças que assombravam a Veneza brasileira àquela época.

Logo no início das movimentações na cidade do Recife acerca do Plano de Saneamento, foi possível notificar através dos principais periódicos em circulação, com destaque para o Diário de Pernambuco, Jornal do Recife e Pequeno Jornal, o processo de recepção e repercussão do Plano de Saneamento do Recife e suas obras, bem como as referências à figura de Saturnino de Brito.

Inicialmente, é possível encontrar a construção da imagem de Saturnino enquanto uma autoridade técnica de confiabilidade inquestionável. Tal construção não era infundada, e partia excepcionalmente dos resultados exitosos da experiência do engenheiro com o saneamento da cidade de Santos. Matérias deste período enaltecem Saturnino (figura 11), fazendo uso de termos como “ilustre” e “competente profissional”, referenciando constantemente seus trabalhos em São Paulo, associando as obras realizadas no Porto de Santos a modernização,

elemento tão almejado por diversas capitais, excepcionalmente na primeira metade do século XX. Paralelamente à construção da figura do herói técnico, a imprensa amarra uma narrativa robusta que enquadrava o saneamento não como uma mera opção, mas como um imperativo urbano e sanitário, sobretudo, diante as constantes denúncias e debates envolvendo o modo de vida de parte da população, bem como algumas práticas, como por exemplo o despejo de dejetos das usinas nos rios, tornando necessário um sistema de esgotamento.

Figura 11 - *Summario* da Imprensa

SUMMARIO DA IMPRENSA

O illustrado sr. dr. Saturnino de Brito enviou-nos hontem um exemplar seu do excellente trabalho sobre o abastecimento dagua em S. Paulo.

Ante a competencia reconhecida do distincto profissional esse trabalho merece a mais acurada leitura.

Agradecemos a offerta.

Fonte: Hemeroteca Digital/ Diário de Pernambuco. Recife, 18 de out. de 1911.p. 2.

Assim como era comum encontrar em relação às ações da Liga Social Contra os Mocambos em relação ao seu andamento, foi possível encontrar algumas seções dedicadas a notificar os materiais construtivos destinados à Comissão de Saneamento, excepcionalmente no Jornal do Recife, o que pode caracterizar um certo contato com o andamento das obras de Saneamento do Recife por parte da população.

Para além deste teor informativo, é possível encontrar matérias em tom de denúncia, algumas feitas inclusive pelo próprio Saturnino de Brito no período de execução dessas obras, a respeito do furto de alguns materiais construtivos e outros elementos, como tampões de esgoto, bem como o caso da denúncia apresentada no Jornal do Recife no ano de 1914, solicitando o impedimento da passagem pela Ponte do Saneamento que liga o Cabanga a região do Pina, na época em construção.

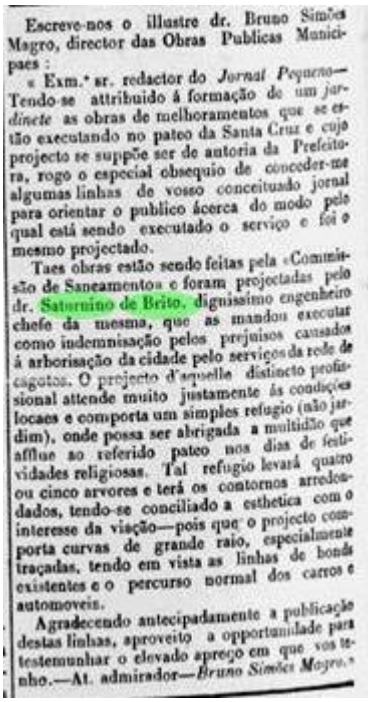
Apesar do contato com reformas que foram feitas, como é o caso do estabelecimento de um sistema de esgotamento separado (águas pluviais e esgoto), caracterizando distritos

sanitários pela região central do Recife, deve-se levar em consideração que nem tudo que estava no planejamento foi realmente realizado. A dissertação de mestrado de Juliana Bandeira A. Burger (2008), faz alguns importantes apontamentos sobre o que foi implementado na cidade a partir do Plano de Saneamento. Como citado acima, infere-se o êxito na instalação do sistema de esgotamento, contando com a delimitação de distritos sanitários, estações elevadas e uma Usina Terminal, localizada no Cabanga. A partir desta obra, surge também a Ponte do Saneamento, que carrega este nome por servir como suporte para os coletores de esgoto. Um outro ponto que merece destaque dentre as obras exitosas do Plano foi o Sistema de Abastecimento D'água de Gurjaú, localizada no Cabo de Santo Agostinho, atualmente sob responsabilidade da COMPESA, assim como a iniciativa de conceder isenção a prédios que fossem construídos a partir dali dentro dos padrões de higiene.

Entretanto, Burger (2008, p.130) afirma que "no entanto ao analisar cada caso percebemos que muito no que se refere aos projetos de melhoramentos foi feito parcialmente ou deixou por fazer", esboçando sua principal crítica à não execução das melhorias elaboradas em 1917 por parte do município. O próprio Plano previa promover o aproveitamento de espaços livres para a construção de parques, bem como a presença de canais caracterizando um sistema com margens arborizadas em ligação com esses espaços de àrea verde, algo que também não foi concretizado.

Em contrapartida, ao analisar os periódicos, foi possível encontrar inclusive vestígios dessa não execução na prática, apesar da tentativa, a partir do detalhamento da construção de um *jardinete* no Pátio de Santa Cruz, elaborado por Bruno Simões Magro, diretor das Obras Públicas *Municipaes* visando compensar os prejuízos à arborização causados pelo serviço que culminou na implementação da rede de esgotos na cidade (figura 12).

Figura 12 – Escreve-nos o ilustre dr. Bruno Simões Magro



Escreve-nos o illustre dr. Bruno Simões Magro, director das Obras Publicas Municipaes :

« Exm.º sr. redactor do *Jornal Pequeno*— Tendo-se attribuido á formação de um *jardinete* as obras de melhoramentos que se estão executando no pateo da Santa Cruz e cujo projecto se suppõe ser de autoria da Prefeitura, rogo o especial obsequio de conceder-me algumas linhas de vosso conceituado jornal para orientar o publico ácerca do modo pelo qual está sendo executado o serviço e foi o mesmo projectado.

Taes obras estão sendo feitas pela «Commissão de Saneamento» e foram projectadas pelo dr. Saturnino de Brito, dignissimo engenheiro chefe da mesma, que as mandou executar como indemnisação pelos prejuisos causados á arborisação da cidade pelo serviços da rede de cagotos. O projecto d'aquelle distincto profissional attende muito justamente ás condições locaes e comporta um simples refugio (não jardim), onde possa ser abrigada a multidão que afflue ao referido pateo nos dias de festividades religiosas. Tal refugio levará quatro ou cinco arvores e terá os contornos arredondados, tendo-se conciliado a esthetica com o interesse da viação—pois que o projecto comporta curvas de grande raio, especialmente traçadas, tendo em vista as linhas de bonds existentes e o percurso normal dos carros e automoveis.

Agradecendo antecipadamente a publicação destas linhas, aproveito a opportunidade para testemunhar o elevado apreço em que vos tenho.—At. admirador—*Bruno Simões Magro.*»

Transcrição: "Exmº. Sr. Redactor do Jornal Pequeno - Tendo-se attribuido á formação de um jardinete as obras de melhoramentos que se estão executando no pateo da Santa Cruz [...].

[...] Taes obras estão sendo feitas pela <<Commissão de Saneamento>> e foram projectadas pelo dr. Saturnino de Brito, dignissimo engenheiro chefe da mesma, que as mandou executar como indemnisação pelos prejuisos causados à arborisação da cidade pelo serviços da rede de esgotos [...]"

Fonte: Hemeroteca Digital/ Jornal Pequeno. Recife, 20 de nov. de 1911. p.2

Diante das considerações gerais do que se era planejado a partir do Plano e do que foi ou não executado, encontramos em sua parte descritiva menções aos mocambos, e, sobretudo, ao seu modo de vida, as quais o enfoque se torna importante neste momento.

Como já apontado anteriormente, logo no início do século XX, a capital pernambucana passava por dificuldades em relação à saúde pública. Inúmeros eram os casos de doenças que se proliferavam, sobretudo, aquelas que se acreditava no geral serem transmissíveis pelo ar, como é o caso da varíola, gripe espanhola, a peste, e a tão repercutida tuberculose. Havia também os surtos de doenças endêmicas e infecciosas, como a malária e a febre amarela.

Neste período, apesar de algumas reformas já realizadas ou idealizadas, era muito comum encontrar moradias conjuntas, becos, ruas estreitas, os prédios "enganchados", além da presença dos já indesejáveis mocambos. Havendo vista a disposição dessas moradias, dentro do Plano, inicialmente, será feita a descrição de uma cidade doente, que continha a presença de casas doentes, formando uma dinâmica na qual essas casas eram responsáveis pelo adoecimento da população.

Sobre os mocambos, faz-se a descrição inicialmente das regiões alagadas como sendo um local baixo, constantemente invadido pelas marés, com um fundo arenoso e coberto de lodo, sendo algumas cobertas por vegetação. Aborda-se a questão da invasão desses terrenos para a construção de "habitações miseráveis", estas cobertas de palha ou de materiais velhos, onde morava uma população que despejava seus resíduos nos arredores, e que fazia a utilização desta mesma água para beber e banhar. Estas mesmas habitações serão também descritas como "insalubres, com os compartimentos *mal dispostos*, sem ar e sem luz, habitações essas mal edificadas e *mal cuidadas* por seus moradores" (Brito, 1917. p. 44).

A questão do lixo também foi levantada pelo Plano, fazendo menção a locais apropriados para incineração do lixo, sendo as cinzas destinadas para a realização dos aterros em localidades alagadas. Tal ponto remete inclusive ao conhecimento de aterros feitos de forma "precária" por parte dos moradores para a obtenção de espaço onde as moradias pudessem ser construídas, algo que eleva inclusive a rejeição não só das moradias, mas também desses espaços.

Dados trazidos pelo próprio Plano evidenciam o número dessas habitações em condições insalubres em 1918, chegando a aproximadamente 16.347. Juntando a totalidade de mocambos com as casas consideradas insalubres devido ao seu modo de construção (aquelas que não fossem de alvenaria), o total resulta em 25.000 casas em más condições higiênicas, culminando em um número aproximado de 75.000 habitantes. Dentre os bairros com maior volume de concentração de mocambos moradias na região central do Recife, vale menção a Santo Amaro, com aproximadamente 2.230 mocambos, e Afogados com 2.030[3].

A principal doença a qual se visava combater, aparentemente, devido à quantidade de menções na parte descritiva do plano era a tuberculose. Faz-se menção inclusive ao modo qual a Inglaterra adotou para combater a doença, que caracterizou a remodelação de algumas

[3] Os dados apresentados são do Recenseamento realizado pela Prefeitura do Recife, no ano de 1918. As informações foram retiradas do quadro N. 5, que aparece na parte descritiva do volume 1 do Plano de Saneamento do Recife (p.80).

propriedades, em conjunto com a informação acerca da circulação da doença e de práticas higiênicas, sugerindo que na cidade do Recife fosse feito o mesmo.

Justificava-se que a tuberculose era a consequência da falta de iluminação solar e aeração, que impactavam diretamente na higiene citadina. Vale a ressalva de que, a culpabilização neste momento não era direcionada apenas às moradias populares e geralmente tidas como insalubres, afinal, eram feitas recomendações para que nos sobrados não fossem construídos quartos ou espaços dormitórios em pavimentos inferiores e sem janelas. Nesse sentido, muito da preocupação se dava em relação à disposição das moradias, a forma de sua construção, a presença ou a falta de iluminação e circulação de ar.

> [...] diz a sabedoria popular, em differentes países: – onde entra o sol não entra o médico. É preciso alargar as viellas estreitas, – sanear as ruas, os quarteirões e as casas, demolir e reconstruir sob novos planos, progressivamente, tanto os casarões como os casebres escuros no interior, fócos da tuberculose e outras moléstias. (Brito, 1917. p. 44-45)

Tal questão intensificou o debate acerca dos mocambos, bem como acentuou a visão que já se tinha sobre as respectivas moradias. A convivência com as doenças na cidade era problemática, e ocasionou também a adoção de outros meios para monitoria dessas práticas, de modo que, puderam ser encontradas em fontes periódicas a existência de uma comissão responsável por realizar inspetoria nas casas através de denúncias, e a partir do procedimento, eles divulgavam nas fontes se a referida moradia estava ou não dentro dos padrões higiênicos.

Vale destacar, pós encerramento das obras do Plano, a presença de um governo muito significativo no que compete ainda as questões higienistas, no qual tínhamos enquanto governador Sergio Loreto (1922-1926), e como prefeito Antônio de Góis Cavalcanti em seu primeiro mandato (1922-1925). Segundo Burger (2008, p.131), “as intervenções urbanas são marcadas por obras de expansão da cidade através de um programa de urbanização” e “associadaos também a uma remodelação completa dos serviços de higiene através da criação do Departamento de Saúde e Assistência”. Desta forma, o governador defendia a expansão e desenvolvimento da cidade em direção à periferia da área urbana, e ações voltadas para questões higiênicas, visando modificações no quadro de saúde da época. Ainda sobre Sergio Loreto e seu governo, podemos encontrar algumas outras medidas higienistas para além da criação do Departamento de Saúde e Assistência, como é o caso da Inspetoria de Higiene Infantil, que surge mediante o alto índice de mortalidade infantil à época.

Bruno Nascimento (2016), no segundo capítulo de sua dissertação de mestrado de título “Entre a “Mendigópolis” e o “Recife Novo”: reforma urbana, higiene e políticas de saúde para

as mulheres no governo de Sérgio Loreto (Pernambuco, 1922 - 1926)" aborda o papel das mulheres nesse período, sobretudo, dentro da Inspetoria de Higiene Infantil, caracterizando uma discussão mais voltada para gênero, masque não deixa de elucidar pontos importantes sobre a continuidade das ações higienistas pós Plano de Saneamento do Recife.

> [...] abordaremos a atuação da Inspetoria de Higiene Infantil quanto à perspectiva de introduzir no cotidiano da vida das mulheres práticas de higiene, prevenção, controle da população, pré-natal, aleitamento e parto. Esta Inspetoria figurava entre órgãos administrativos ligados aos serviços de saúde urbanos subordinados ao Departamento de Saúde e Assistência (DSA), e as atividades desta Inspetoria compreendiam as seguintes ações: Serviço pré-natal, centro de cultura infantil, inspeção médico hospitalar, serviço especial de visitadoras, escola de enfermeiras e policlínica infantil. (Nascimento, 2016, p.80)

A partir da análise da parte descritiva do Plano é possível notar o direcionamento das ações ao longo da execução das reformas. Apesar de muito importante para a sociedade recifense, o Plano agora estabelece uma régua que aponta definitivamente o que são casas salubres e insalubres, o que é e o que não é higiênico. Inevitavelmente, a aceitação das construções estabelecidas nos alagados era cada vez mais reduzida, afinal, diante dos escritos, nota-se que ela representava tudo aquilo que, a partir dos padrões higiênicos, visava-se combater: local fechado, escuro, construções juntas e sem espaço para ventilação, população pouco informada sobre práticas higiênicas, o cotidiano em meio a dejetos e o convívio mais acentuado com os vetores das temidas doenças do início do século.

2.2 A Liga Social Contra os Mocambos - entre os discursos e as ações

Os anos que sucedem 1920 são bastante discutidos em relação à temática abrangida no atual trabalho, visto o surgimento da influência de políticas higienistas, pautadas no discurso de organização e conforto. É importante ressaltar, desde já, que as tentativas de manobras para a retirada dos mocambos da região central se deram muito antes da posse de Agamenon Magalhães e da criação da Liga Social Contra o Mocambo. Tal informação pôde ser encontrada em um jornal publicado pelo Diário da Manhã (PE), no dia 6 de dezembro de 1946, pós Estado Novo, em um título que identificava a existência de outras tentativas de retirada dos mocambos antes de 1937, como a do médico Amaury de Medeiros, entre os anos de 1922 e 1926. Levando em consideração a expressiva necessidade dessa retirada, dados importantes foram levantados pelo recenseamento de 1923, o qual aponta que "o Recife tinha uma população de 313.000 pessoas, com 19.079 residências e 19.947 mocambos" (Pernambuco apud Moreira, Saraiva,

2020). Outro dado trazido por Virgínia Pontual em seu livro “Uma cidade e dois prefeitos” (2001), faz um comparativo entre os recenseamentos de 1913 e 1939, onde nota-se um crescimento expressivo de 43,3% para 63,7% no que compreende o número de mocambos na cidade do Recife (p. 33).

A Liga Social Contra o Mocambo foi criada em 12 de julho de 1939, com o intuito da erradicação desse tipo de moradia, pautada na construção de casas populares, que constituíam conjuntos habitacionais, que serviriam como local de realocação desta população em condições de pobreza. Desde já, destaca-se a participação da elite econômica pernambucana no setor administrativo da Liga, como Othon Linch Bezerra de Melo, que assumiu a presidência da Liga em 1940, após a morte do primeiro presidente, Henry Shorto. Dentre outras figuras importantes para a fundação e permanência da Liga, estava o grande proprietário industrial Artur Lundgren. A aparição dessas figuras em cargos importantes caracteriza diretamente o poder de mobilizar o interesse das elites, sobretudo no que diz respeito à retomada de áreas específicas da cidade. Além disso, podemos caracterizá-los como figuras muito importantes também para o cenário político: homens influentes, ricos, de muitas propriedades e poderes em diferentes esferas.

De acordo com Bezerra (1965), a Liga surge com o objetivo inicial voltado para a construção de casas, focado em modificar a cidade e sua paisagem por meio do aterramento de áreas alagadas. Tal finalidade, ainda segundo o autor, só poderia ser realizada ou ao menos facilitada com a ajuda de elementos educativos, que desviasse aquela população dos ideais comunistas - que haviam causado balbúrdia nos anos entre 1932 até o ano que dá início ao Estado Novo-, utilizando assim os Centros Educativos Operários, que os proporcionou uma educação voltada a ciências domésticas e orientação social. Dentro desse contexto, adentrando também aos discursos utilizados pela interventoria, Pontual (2001) caracteriza os três pilares do governo de Agamenon Magalhães: ”centros operários, campanha contra os mocambos e a política agrícola” (p.69).

O período que abrange as ações efetivas da Liga está dentro do Estado Novo, época na qual a propagação de princípios como moral, família, costumes, ordem e religiosidade eram constantemente defendidos. A ascensão dos interventores enquanto figuras políticas se deve ao cenário que antecede a criação da Liga. O período ficou conhecido como “entre guerras”, no qual encontrava-se uma população bastante modificada de forma negativa diante da crise de 1929, e descontente com fatores políticos vigentes, o que acabou gerando engajamento ao tipo de governo que emergiria posteriormente. Voltando às questões de gestão urbana, dada a sucessão de acontecimentos, as reformas que precisavam ser feitas pelo governo interventor

incluíam principalmente a ampliação de avenidas, com grandes imóveis, como visto atualmente nas avenidas Guararapes e Dantas Barreto, por exemplo.

Em relação a gestão municipal, foi nomeado por Agamenon Magalhães o prefeito Novais Filho (1937-1945). Nesse sentido, principalmente a partir da obra de Pontual (2001), foi possível identificar a gestão municipal como um "anexo da interventoria", onde nesse caso, o papel de Novais Filho era de apoiar as ações da interventoria, visto também os intuitos quais Agamenon o nomeou prefeito da Cidade do Recife. Compreende-se a prefeitura como um órgão submisso à interventoria e propagador dos ideais estadonovistas. À gestão do prefeito Novais Filho, são atribuídos e destacados os ideais de "ordem, ação e progresso" (Pontual, 2001. p.78), em concordância com as ações e anseios do Interventor Agamenon Magalhães.

É importante lembrar que com as reformas urbanas que aconteceram no centro do Recife na década de 1920, fica evidente a influência europeia sobre o urbanismo e a forma de organização das cidades, assim como na política. Tais modificações, envolvendo a destruição de becos e ruas mais estreitas, daria à cidade um aspecto mais moderno, urbanizado e principalmente de limpeza. Pautado nos ideais basilares do governo, somado à influência europeia de modernização da região central, com a finalidade de desassociar o Recife da pobreza, chegamos ao combate ao "mal do mocambo".

Caracteriza-se, para Daniel Bezerra, em sua obra "Alagados, mocambos e mocambeiros" (1965), o combate ao mocambo como algo de interesse puramente paisagístico. Em meio às mudanças, aos grandes prédios e ao status de Veneza brasileira, não cabia à cidade, visualmente, a existência de elementos que a amarrasse aos estigmas da pobreza e do retrógrado, nas palavras do autor, "choca-se com o complexo de superioridade de supremacia regionalista" (p. 44). Nota-se nas escritas do autor a contestação de algo que é bem claro posterior à análise dos discursos presentes nos jornais: ignora-se quase que completamente as questões econômicas, e que colocam os mocambeiros em tais situações.

> Somente um grupo diminuto de estudiosos, mas, em geral, teóricos é que olhava na época o homem do alagado e procurava entendê-lo no seu complexo sócio-econômico-cultural. Acontece que nestes casos, a massa, o povo, na sua maioria, reagem somente contra aquilo que visualiza. (Bezerra, 1965. p. 44)

Com a pesquisa nos principais referenciais bibliográficos, os resultados obtidos para a motivação da retirada dos mocambos, do ponto de vista urbanístico, seria a necessidade de mudanças em tom de avanço e modernização dos bairros centrais, fundamentados também pela questão ambiental e higienista. Nessa gama, os mocambos além de trazerem as regiões centrais

um problema antigo de déficit socioeconômico da sociedade da época, contrastavam com a ideia da cidade moderna e réplica de capitais europeias, além de serem proliferadores de diversas doenças, devido às condições insalubres às quais se encontravam. Na gama política, a retirada dos mocambos e as demais ações realizadas pelo interventor nesse sentido, segundo Pontual (2001), significava uma "recuperação econômica e social em Pernambuco".

No processo de análise e conflito entre fontes (bibliográficas e documentais), nota-se a presença de uma atenção ao aspecto socioeconômico apenas nas obras literárias.

O banco de dados elaborado para reunir as fontes documentais que tratam da Liga Social Contra os Mocambos e sua repercussão cotidianamente na cidade inclui periódicos do ano de 1940 a 1946. Todas as manchetes encontradas neste momento dão um parecer a respeito da Liga Social Contra o Mocambo, em um viés mais informativo, como se quisessem de fato que a população tivesse o conhecimento de que medidas estavam sendo tomadas em relação ao combate aos mocambos, em um tom de "satisfação ao público".

Em um plano geral, os discursos encontrados nos jornais que circulavam na época podem ser classificados nas seguintes palavras-chave: patriotismo, bem-estar e higienismo. Com base nesses elementos, circulava-se que o combate ao mal do mocambo era um dever de todos, um dever da sociedade enquanto conjunto. Era inadmissível que diante de toda mobilização em direção ao avanço e as oportunidades geradas na época, condições como as que se encontravam os mocambeiros fosse permanente. Em contraponto, os mocambos eram postos enquanto causa de diversas doenças que vinham se proliferando no Recife, como as causadas principalmente por insetos, roedores e doenças transmissíveis pelo ar.

Após a análise, nota-se como são separados os mocambeiros dos mocambos, dando a entender por meio dos discursos de que havia uma consciência sobre aquela população se submeter a tais condições por necessidade; eles eram reféns dos mocambos. Em outras palavras, existia um combate às moradias, sem movimentação aparente para o combate às situações em que se encontravam os mocambeiros socialmente. Um jornal publicado em dezembro de 1946, já mencionado anteriormente, também faz algumas denúncias sobre os discursos do interventor como forma de mostrar-se detentor da iniciativa e dos créditos das ações sociais contra o mocambo. Em contradição, são identificadas por Daniel Bezerra em "Alagados, mocambos e mocambeiros" (1965) ações realizadas pelo médico Amaury de Medeiros, diretor do Departamento de Saúde e Assistência que havia realizado a construção de vilas compostas por casas de caráter social alguns anos antes.

Acerca das políticas públicas empregadas para a execução da função da Liga Social Contra o Mocambo, uma publicação encontrada no Diário de Pernambuco, postado em 25 de

agosto de 1944, em específico, proporcionou o conhecimento de um Decreto Federal, que pode relacionar o interventor diretamente às ações realizadas em diversos âmbitos no território estadual, como o presente aspecto analisado, e atribui ao mesmo total liberdade para tal. Na manchete, são postas ações que foram e seriam realizadas pela Liga, resguardando-se diante da autoridade dada ao interventor perante o Decreto Lei Nº 1202, de abril de 1939, localizada no momento da pesquisa na constituinte de 1937. Além deste decreto, a manchete cita o Decreto Lei Nº 934 do ano de 1943, que infelizmente não foi encontrado em outros documentos institucionais no tempo proporcional ao desenvolvimento da pesquisa. Ambos são citados no sentido já mencionado: justificando as ações realizadas até então, como por exemplo investimentos, pagamentos de auxílios ou desapropriação de alguns terrenos.

Também foram encontradas algumas manchetes que funcionavam como "relatório de reunião", curtas, mas repletas de informações acerca do andamento dessas ações, mostrando o comprometimento político nesse sentido. Em seu conteúdo, foi possível identificar um dos locais utilizados para as reuniões que decidiam as medidas da Liga, sendo este o Palácio do Governo. Foram notificadas presenças importantes do cenário político brasileiro da época, como o general Manoel Rabelo, que foi homenageado pela Liga e fez questão de demonstrar seu apoio às ações realizadas em Recife à época.

Tratando das formas de resistência, não foi possível identificar a nenhuma no período contemplado pelas fontes periódicas. Sabe-se, de todo modo, da não passividade total dos moradores dos mocambos, havendo vista a existência das "sociedades" (Bezerra, 1965), que eram espécies de associação de moradores, responsáveis por mediar debates e serem representantes de suas respectivas localidades, liderando também alguns momentos de retorno para áreas as quais já haviam sido expulsos. Entretanto, chama muita atenção um periódico do ano de 1946, pós governo Agamenon Magalhães, ainda no Diário da Manhã, que possui uma matéria intitulada "Noite de São Bartolomeu" (figura 13). Nela, consta um relato que faz referência à memória coletiva, retratando de que forma eram feitas as retiradas dos mocambos, que não constava nas matérias que davam um parecer acerca das demais ações da Liga:

Figura 13 - "Noite de São Bartolomeu"

Transcrição: "Bem viva é a memória do povo; e por ser bem viva é que ele não esquece seus algozes e os seus amigos, na hora dos julgamentos de uma justiça que não traz a venda clássica sobre os olhos. [...]. O Sr. Agamenon Magalhães não fugirá ao julgamento das ações criminosas que praticou à frente do governo estadual, inclusive o da apropriação indébita da propriedade alheia. E o que é mais odioso: da propriedade modestíssima de gente pobre que ele atirou à rua, da noite para o dia cruamente trancando as súplicas e as lágrimas dos moradores de Mocambo. Não se censura ao Sr. Magalhães, em tese, o combate à habitação de palha e taipa, sem qualquer sombra de higiene e conforto. Mas, a maneira brutal porque o fez radicalmente, sem levar em conta as condições personalíssimas de cada família abrigada sobre os tectos humildes de palha, erguidos ou alugados com as duras economias de seus moradores.
Iniciou o sádico Magalhães a campanha contra o Mocambo numa noite de São Bartolomeu, quando os seus moradores já dormiam à espera da madrugada para tentar transporte nos carros de Pernambuco Tramways… Sem aviso ou advertência de qualquer espécie prepostos do sr. Agamenon, entraram a laçar e arrastar os mocambos situados nas zonas mais próximas ao núcleo central do Recife.
Sabem os leitores o que era laçar o Mocambo? Saltavam de caminhões oficiais, que roncavam buzinando loucamente, três ou quatro mandatários do senhor Magalhães; cercavam o Mocambo com uma forte corrente de ferro prendiam esta ao caminhão e aceleravam o motor…Mocambo, pequenos móveis, objetos de cozinha, vasilhame de barro, baús de folhas de Flandres- ia tudo de cambalhota pelas ruas e travessas afora enquanto as mulheres e crianças imploravam em pranto que lhes não fizessem aquilo…[...]"

Fonte: Hemeroteca Digital/ Diário da Manhã, 13 de novembro de 1946. p. 3.

Para uma melhor compreensão da alusão feita na matéria citada acima, é importante que voltemos um pouco à França do século XVI. São memoráveis os "embates" entre Rei e Igreja em relação a detenção do poder sobre a sociedade nessa época, e, no século XVI, o enxergava-

se a Igreja como maior protetora do povo, acima do Rei. O período também é muito conhecido pela Reforma Protestante, na qual Lutero e seus seguidores eram tidos como subversivos perante os princípios católicos, e eram perseguidos constantemente por sua "rebeldia" pela instituição e seus fiéis. A Igreja, à época, era encabeçada pelos Guises, uma família católica tradicional e de muita influência neste período. Como uma trégua, os constantes embates entre os católicos e Huguenotes deveria se encerrar perante a uma união matrimonial muito importante, protagonizada por Henrique, rei de Navarra e chefe da dinastia dos Huguenotes, e Margarida Valois, que era até então princesa da França, parte da dinastia Guise.

A união foi forçada pela mãe de Margarida, Catarina de Médici, conhecida como uma mulher fria e metódica. Dito isto, convém adiantar que tal casamento fez parte de um plano arquitetado pela matriarca, que desembocou na sangrenta Noite de São Bartolomeu, em 24 de agosto de 1572. Motivada pelo assassinato do almirante Gaspar II de Coligny, líder dos huguenotes, a trégua foi quebrada, dando início a um massacre, que levou a óbito um número estimado entre três e cinco mil protestantes, a mando da nobreza católica.

Dando sentido à relação que foi feita, de forma mais clara, perante a análise: o governo interventor foi, na matéria em questão, retratado como os Guises, enquanto os mocambeiros eram os Huguenotes. Nesse sentido, dá-se ao relato e à noite descrita pela matéria um teor de grande terror para a população, como uma espécie de embate entre as autoridades políticas e a população mocambeira. Não há um conhecimento sobre até que ponto a analogia foi feita. Não há relatos de mortes ocorridas no episódio, não se tem detalhes dos locais, mas têm-se aí um exemplo da violência direcionada aos habitantes dos mocambos.

Visto o teor do relato somado ao seu título, e principalmente por só ter sido publicado após o fim do governo de Agamenon Magalhães, é inevitável não fazer um exercício reflexivo acerca da motivação de tal processo não estar presente nas demais notícias rotineiras da Liga, junto a identificação de determinados grupos de famílias que haviam sido retirados de determinada região, por exemplo. Resgatando a época de represália em que se vivia, onde opositores e movimentos iniciais ou emergentes eram silenciados, este importante relato talvez fundamente a dificuldade da localização de formas de resistência às ações de retirada. Ainda relacionado à época e repressão, as duas manchetes mencionadas e encontradas eventualmente após o período do Estado Novo, são feitas em um tom aversivo, como formas de denúncia aos discursos e ações de Agamenon Magalhães, que devem também ser levadas em consideração.

Em suma, o tópico abrange visões que devem ser conflitadas, devido às lupas aplicadas nas diferentes fontes. Tendo os objetivos principais como pano de fundo, faz-se pertinente

afirmar que: os discursos utilizados pelo interventor, tal como suas ações, estavam circulando como uma ideia de avanço, frente ao combate a um mal da sociedade da época, são fundamentados em aspectos encontrados nos ideais de patriotismo. Suas ações poderiam então ser justificadas pelas políticas públicas que concediam autoridade aos interventores estaduais pelo presidente Getúlio Vargas, que os davam o poder de usar de meios necessários para concretizar suas ideias.

Os discursos e ações eram bem articulados e bem divulgados, de forma detalhada - ainda que à maneira da época-, dando nomes aos principais financiadores e notícias sobre o andamento da Liga. Com as fontes encontradas, foi possível identificar diferentes momentos de divulgações são feitas em momentos diferentes: em algumas vezes existem manchetes que fazem apenas críticas aos mocambos, em outras falam apenas das ações realizadas, enquanto em outros momentos, os dois processos são feitos juntos, de forma explícita ou não. Com isso, é de conclusão que a visão que se tinha não abrangia a população dos mocambos de forma subjetiva, muito menos as condições sociais e econômicas da época, e o incentivo a ideia de contraste entre a cidade que se modernizava e a retrocedência dos mocambos advinha dos principais veículos de informação cotidianamente àquela época.

3. DO MOCAMBO ÀS *VILLAS* HABITACIONAIS: AS NOVAS FORMAS DE MORAR

Observadas as principais intervenções que fundamentam as mudanças no espaço da cidade no século XX, infere-se as movimentações e debates promovidos pelo Plano de Saneamento do Recife como o marco inicial da intensificação do discurso higienista, que já visava de alguma forma tentar fazer alterações no modo de vida dos mocambeiros. Entretanto, apesar do conhecimento dessas tentativas, observa-se que isso apenas foi possível, de forma mais efetiva, a partir das ações da Liga Social Contra os Mocambos com a criação das "villas habitacionais". A questão higiênica aparece no início do século XX, o debate se aflora com as ações promovidas pelo desenvolvimento do Plano ao longo do século, até a chegada da Liga, que consegue realizar articulações no meio político e social que condicionam estas alterações, de forma bem embasada e fundamentada, visando a erradicação das indesejadas moradias de pobre, as quais, segundo José Estelita (1941), chegaram em 1938 a marca de aproximadamente 45.000 habitações existentes na região central do Recife.

As vilas habitacionais surgem a partir de 1939 como a melhor alternativa de habitação higiênica, como um elemento capaz de elevar o padrão de vida daquela população que antes habitava os mocambos, tanto que serão constantemente comparadas, com a finalidade de engrandecer as novas casas. Se antes os moradores dos mocambos viviam em casas de um único cômodo, ou dividiram suas famílias nos amplos mocambos chamados de "correr-de-quartos", agora poderiam desfrutar de moradias construídas de forma adequada diante dos padrões higiênicos e mais bem divididas, contendo também um sistema de esgotamento sanitário.

Em seu trabalho de título "Um Urbanismo Excludente: O Caso da Capital Federal e do Bairro do Recife" (2002), Carlos Miranda faz importantes análises acerca do debate higienista no início do século, e é imprescindível elencar o quanto as ideias e execuções estavam voltadas para a realização de ações que pudessem contribuir para o monitoramento das práticas higiênicas dessa população e de suas habitações. As duas principais manobras higienistas demonstram na prática este ideal, mas, sobretudo, é muito mais enfatizada essa possibilidade e sua execução a partir da criação das vilas.

> [...] muitas vezes as reformas urbanas assumiram um caráter excludente. Tanto na Capital Federal como no centro do Recife, o preconceito e a exclusão social contra as camadas mais pobres da sociedade tornaram-se mais visíveis e corriqueiros. Suas moradias, formas de se vestir, de divertir-se, seus hábitos, higiene, etc., representavam itens passivos de serem policiados e reprimidos. Para as classes abastadas, fazia-se necessário gerenciar e disciplinar essas populações, que apresentavam sinais de decadência e de falta de civilização. (Miranda, 2002. p.168.)

Em aproximadamente um ano de execução das obras de construção dos conjuntos habitacionais, são contabilizadas vinte e uma vilas, dispondo pouco mais de duas mil novas casas em sua totalidade. Ainda diante dos escritos de Estelita (1941) acerca das novas vilas habitacionais, é feita uma espécie de descrição de alguns "*typos*" dessas novas moradias, apontando que algumas possuíam uma ou duas salas, cozinha, alpendre, banheiro, e variam de um a quatro quartos. A ocupação da moradia em relação a seu tamanho dependia da quantidade de pessoas que compunham a família que habitaria as respectivas moradias.

Segundo Zélia Gominho (2007), também existiam outros requisitos para proporcionar o acesso às novas moradias, excepcionalmente para evitar a contaminação de novos agrupamentos pelas doenças contagiosas, o crescimento de mulheres como chefes de família, além do aumento de menores abandonados.

A diferenciação do tamanho dessas novas moradias, para além da descrição trazida, também pôde ser notificada dentro do processo de análise das plantas arquitetônicas encontradas na coleção da "*Directoria de Viação e Obras Públicas Municipaes"* (figuras 14 e 15), atualmente alocada no Acervo do Patrimônio Cultural (ADPC)[4].

Diante das fontes encontradas na coleção, é possível afirmar que essas construções variavam entre sete "*typos*", e apesar de geralmente possuírem o mesmo número de quartos e salas, suas diferenças se estabelecem em relação a posição do gabinete sanitário, vezes ao fundo da residência, vezes do lado esquerdo ou direito da cozinha, excepcionalmente nos modelos de casa *typo* 2, 3 e 5.

[4] Anexado à Secretaria Executiva de Licenciamento, sob responsabilidade da Unidade de Licenciamento de Zonas Especiais (ULZE), localizado na Prefeitura da Cidade do Recife.

Figura 14 - Planta de casa *typo* 2

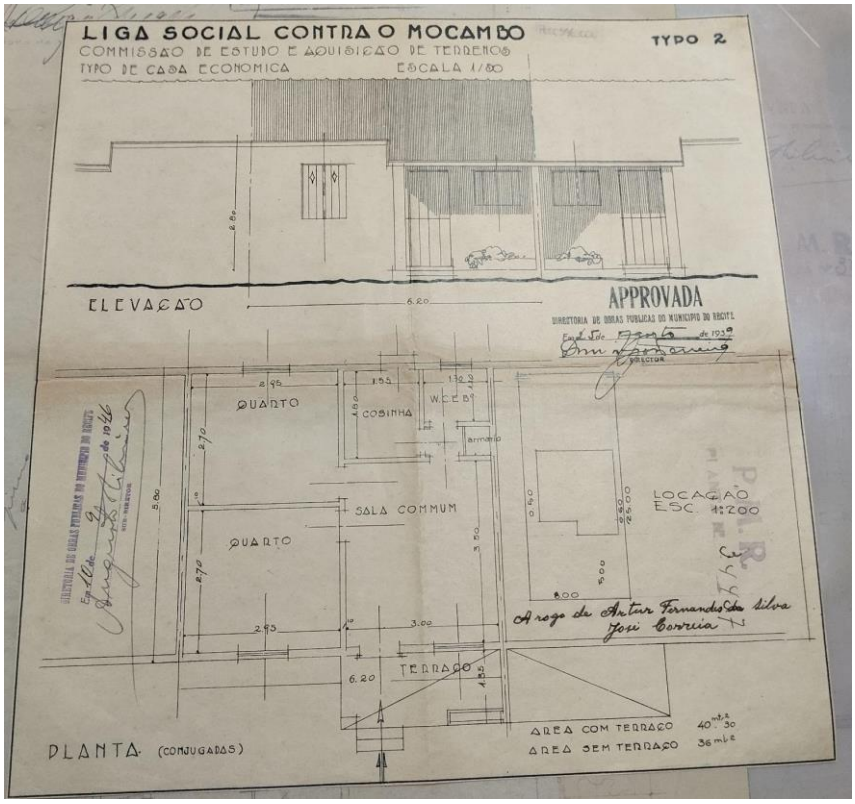


Foto: A autora, 2025.
Acervo do Patrimônio Cultural - Secretaria Executiva de Licenciamento/PREFEITURA DO RECIFE

Figura 15- Planta de casa *typo* 7

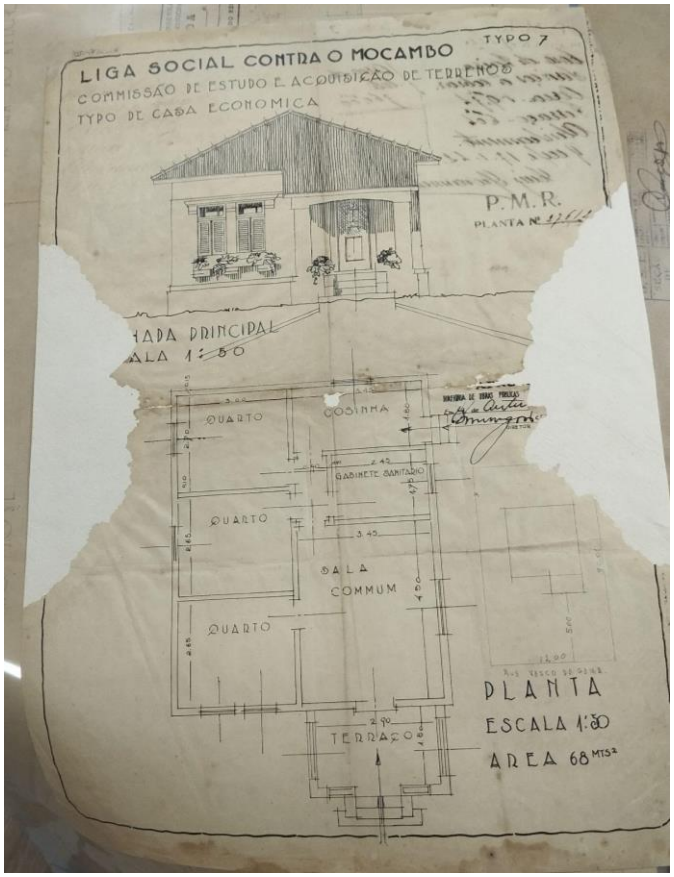


Foto: A autora, 2025.
Acervo do Patrimônio Cultural - Secretaria Executiva de Licenciamento/PREFEITURA DO RECIFE

Dentro das fontes periódicas, encontram-se menções ao processo de construção dessas casas, bem como também foram encontradas as formas de financiamento, de tal forma que diversas empresas (construtoras, fábricas e institutos como o dos bancários) são retratadas ao oferecerem a construção de um número x de casas, em determinada "villa". A redistribuição e realocação das famílias também aparece nesses momentos. Dentre instituições conhecidas, a Caixa Econômica aparece diversas vezes enquanto investidora na construção de casas populares. Além disso, junto aos nomes das empresas, são notificadas características como dados dos terrenos adquiridos por elas para a construção das casas, assim como sua localidade, o que nos ajuda a mapear, e durante o exercício de análise, perceber que o deslocamento era feito cada vez mais distante das áreas centrais.

Nota-se, em relação a estas últimas notícias mencionadas, a visualização do combate ao mocambo como sendo aceito de fato pela população, visto uma grande quantidade de apoiadores e investidores. Vale ressaltar que, ao investir ou financiar as ações da Liga, as

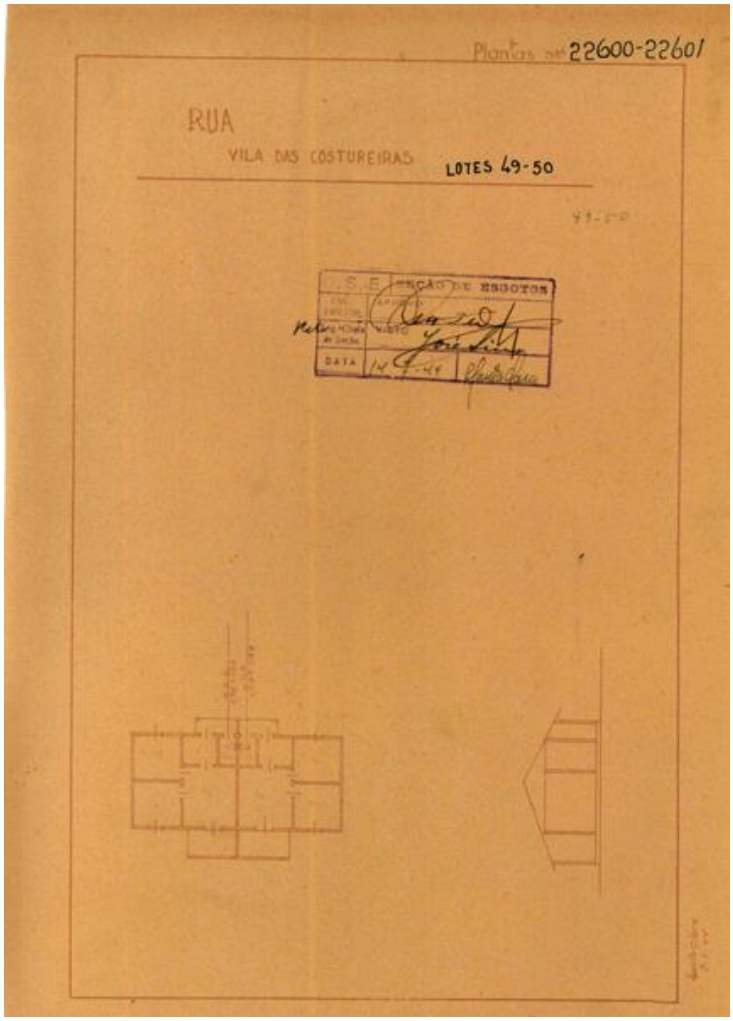
empresas poderiam ser beneficiadas por exemplo com a isenção de alguns impostos, algo comum também ao período de estabelecimento das obras higiênicas mobilizadas pelo Plano de Saneamento do Recife, que garantia a isenção de impostos a novos prédios que fossem construídos dentro dos padrões higiênicos previstos.

Não só empresas privadas puderam contribuir para a extinção dos mocambos. Foi possível identificar uma ação beneficente promovida pela Federação Pernambucana de Desportos, que promoveu um jogo de futebol no dia 21 de janeiro de 1940, no Parque da Jaqueira. O evento contou com grandes estrelas do futebol pernambucano e brasileiro da época, numa partida onde os fundos arrecadados dos ingressos seriam convertidos em investimento para a Liga Social Contra o Mocambo. Nesse sentido, pode-se compreender também a motivação de manchetes tão informativas e detalhadas já citadas anteriormente, visto que existia um investimento real, e que seus investidores possivelmente deveriam obter notícias sobre o andamento da Liga, consequentemente, o que estava sendo feito com todo dinheiro investido para tal.

Na tese de doutorado de José de Lira (1996), foi possível encontrar um mapa com as representações das áreas que seriam construídas nas vilas habitacionais (p.202). Nota-se, a partir do mapa, de forma mais concreta, aquilo que se aponta no referencial bibliográfico: a intencionalidade por trás da realocação dos mocambeiros nas vilas configurava um processo de interiorização. Algumas vilas são construídas nos locais que possuíam a presença dos mocambos anteriormente, como é o caso de Afogados, Santo Amaro e Cabanga. Entretanto, em sua maioria, as vilas são construídas em regiões mais afastadas da região central, em bairros como Areias, Bongi, Cordeiro, e outras regiões da zona norte recifense.

Dentre essas vilas construídas, vale menção a "Vila das Costureiras", que continha este nome por reunir mulheres que exerciam o ofício, dinâmica bem semelhante às vilas operárias, construídas por empresas para abrigar seus trabalhadores. A Vila das Costureiras, construída em 1941, ficava localizada em Santo Amaro, onde atualmente está situada a Vila Naval, de propriedade da Marinha. Ainda no Acervo do Patrimônio Cultural (ADPC), dentro da Coleção Saturnino de Brito, foi possível identificar plantas arquitetônicas num outro formato, diferente do mais repercutido pelos estudiosos da temática, caracterizando o modelo de construção das casas dentro desta vila, datadas no ano de 1944 (figura 16).

Figura 16 - Planta Vila das Costureiras - Lotes 49 e 50



Fonte: Coleção Saturnino de Brito. Acervo do Patrimônio Cultural - Secretaria Executiva de Licenciamento/PREFEITURA DO RECIFE

O destaque à Vila das Costureiras se dá mediante o contato com uma matéria encontrada no Diário de Pernambuco, datada em 18 de janeiro de 1944, onde o interventor aparece entregando máquinas de costura para mulheres que habitavam esta vila, o que caracteriza a Liga como benfeitora não só por "reintegrar" essas trabalhadoras a sociedade os ofertando uma moradia "digna", mas também às concedendo instrumentos de trabalho. Com isso, pode-se perceber uma tentativa de justificativa para as medidas de retirada dos mocambos, até então desconhecidas em relação aos discursos nesse sentido, pautadas no bem-estar geral. O mocambo foi ilustrado como grande inimigo daquela sociedade, e havia dados argumentos para tal.

Em alguns outros casos, são encontrados discursos engrandecendo as obras, colocando as "villas" como alternativa ou a solução dos problemas dos mocambeiros: eles agora faziam

parte da sociedade novamente, estavam finalmente integrados e felizes, dentro de um padrão de vida elevado.

Entretanto, apesar do que era repercutido nos meios midiáticos, principalmente ainda dentro do estado novo, não apaga um fato: as ações da Liga em relação a realocação de famílias pobres nas vilas habitacionais não foram efetivas, e não conseguiram abranger a população mocambeira em sua totalidade, e a principal prova é a continuidade no processo de construção desses tipos de moradia dentro da cidade.

Para além desse aspecto, um ponto crucial deve ser levantado acerca das novas dinâmicas mediante a mudança dessa população para zonas mais afastadas do centro, voltado para os que caracteriza seu cotidiano. Seguindo um exemplo breve: imaginemos um jangadeiro, morador dos mocambos da Ilha do Leite, que se estabeleceu na região e fazia cotidianamente o transporte de pessoas pela cidade em sua jangada. Posteriormente, esse trabalhador será retirado do mocambo, e será agora alocado num conjunto habitacional localizado na zona norte de Recife.

Tendo em vista o exemplo citado, tratando-se de um grupo que dependia do rio e da proximidade com os espaços contornados pelo mesmo na cidade, convém levantar alguns questionamentos: qual era agora o trajeto feito por esse jangadeiro? Como ele lidava com a distância de seu local de trabalho? Ele continuou exercendo essa profissão mediante o deslocamento? Em caso negativo, com o que ele passou a trabalhar? O afastamento foi intencional, visando inviabilizar a execução dessas profissões informais naquelas regiões?

Tais questionamentos, aplicados de forma geral àqueles grupos de trabalhadores que moravam nos mocambos, surge pela falta de informações acerca dessas dinâmicas agora no novo contexto de moradia, excepcionalmente nas principais fontes analisadas, como os jornais. O que se repercute geralmente é em tom de engrandecimento das obras, o elogio às ações, e a descrição de um modo de vida próspero e dentro dos padrões higiênicos, longe da miséria vivenciada em todos os sentidos no início do século nos sítios de mocambos.

Com grupos como as costureiras e lavadeiras, são notificadas ações de viabilização da execução dessas ocupações, como a própria entrega das novas máquinas, além da construção de lavadouros na Vila das Lavadeiras, localizada no bairro de Areias. Vale ressaltar que, dentro dessas vilas habitacionais já citadas, como a Vila das Costureiras, Vila das Cozinheiras e Vila das Lavadeiras, as chefes de família que lá vivem exerciam de fato essas profissões, e são separadas nesse sentido. Diante do fato é extremamente importante fazer uma reflexão acerca do cenário político à época, excepcionalmente as questões trabalhistas. Após a Revolução de

1930, presenciamos uma ascensão da classe trabalhadora, empoderada pelas novas conjunturas, reivindicando seu espaço.

No Recife, em 1931, aconteceu uma rebelião de militares de baixa patente, que ficou conhecida como “Levante do 20º Batalhão de Caçadores”, que se aliou a sindicatos operários, tomando a cidade por três dias, com a participação significativa da “linha azul”, composta por condutores, motorneiros e fiscais da Pernambuco Tramways (Brayner, 1987. p.168). Tal aspecto faz possível questionar a intencionalidade da Liga enquanto entidade de controle social, que, além de monitorar práticas cotidianas, mantém aqueles trabalhadores em seus nichos, de certa forma, em seu ideal, isolados de outras dinâmicas, sobretudo, das questões trabalhistas que circulavam na cidade à época, caracterizando uma ameaça constante ao governo. De certa forma, ao agrupar os trabalhadores por categoria profissional, o poder público e as elites locais fragmentavam geográfica e socialmente a classe trabalhadora, dificultando a formação de uma identidade e solidariedade de classe únicas.

Neste sentido, a tendência ao apagamento dessas novas dinâmicas com alguns grupos vem a caracterizar uma possível falta de planejamento nesse sentido, ou uma manobra intencional, havendo vista que esses trabalhadores são retirados de lugares onde estavam economicamente integrados, como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, para lugares onde não estavam. Tendo em vista este cenário, caso não tenha existido nenhum dado que comprove essa integração desses grupos, é possível inferir que eles precisaram, mais uma vez, desenvolver estratégias para a obtenção de alguma renda financeira, sem o amparo governamental. Ademais, até mesmo a permanência da execução de algumas profissões informais caracteriza a não efetividade total nas ações da Liga em relação ao combate à situação de pobreza enfrentada por aquelas pessoas, fundamentando a permanência econômica e a falta de oportunidades para ascensão.

Apesar de toda repercussão, promoção das ações e fortalecimento de um discurso político, é válido questionar se mudar os mocambeiros de espaço veio a resolver todos os problemas. Em tese, até a definição de problemas aqui é muito subjetiva; o mocambo é sinal e produto de uma exclusão severa, era a casa construída a partir do trabalho árduo de muitas mãos, aquilo que era possível de se ter em meio a tanta pobreza e falta de oportunidades no contexto urbano, o reflexo de um projeto de sociedade. Não são pontuadas as condições insalubres dessas habitações por parte dos mocambeiros, havendo vista que o discurso que condenava e discriminava vinha de fora desses sítios, a população que não partilhava da vivência naqueles espaços que reivindica seus desejos, e por fim, são os problemas pontuados por eles que vêm a ser “resolvidos”.

Existe uma enorme possibilidade de dinâmicas a serem pensadas dentro desse novo modo de vida, afinal, a população, já citada anteriormente, que precisava do espaço dos mangues e rios para trabalhar, pode supostamente ter precisado voltar para perto dessas áreas, o que caracteriza uma espécie de resistência, a qual pode ser atribuída a comunidades ainda existentes em zonas que são citadas em relação a presença de mocambos no início do século XX no centro da cidade, como é o caso dos Coelhos. Ademais, é possível pontuar a não efetividade dessas ações com o *boom* periférico que atingirá a cidade nas décadas seguintes, viabilizando os morros, regiões desvalorizadas à época, como espaço alternativo e de baixo custo para habitação, dando origem a novos tipos de construções, ora de alvenaria, ora de material acessível, caracterizando outros tipos de construções vernaculares, popularmente conhecidas agora como "barracos", caracterizando as favelas, termo agora muito aparente nos jornais da década de cinquenta para referenciar os altos, sobretudo da zona norte de Recife.

O enfoque no discurso higienistas e na execução de ações seguindo este fio em busca de melhorias possibilita o saneamento da cidade, a expulsão da população pobre das áreas centrais, a modernização sobretudo do centro da cidade do Recife, o monitoramento de práticas higiênicas e habitacionais da população que habitava os mocambos anteriormente, a promoção política do Interventor, e, sobretudo, a manutenção e continuidade da desigualdade social, num cenário onde, em relação à pobreza não há mudanças em seus sujeitos, suas classes, condições de vida e muito menos movimentações que viabilize sua melhoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, buscou-se inferir como tanto os discursos quanto às práticas higienistas, mais visíveis e materializadas excepcionalmente no Plano De Saneamento do Recife de Saturnino de Brito e nas ações promovidas pela Liga Social Contra os Mocambos, atuaram como importantes ferramentas de controle social, reordenamento urbano, caracterizando uma continuidade do processo de modernização da cidade do Recife, e que impacta profunda e violentamente o modo de vida dos mocambeiros que viviam nas regiões centrais da capital pernambucana no início do século XX.

O higienismo não caracteriza apenas ações que buscavam promover melhorias na saúde pública, mas que também expressa seu caráter político e ideológico, que constantemente associava saúde e moralidade a conceitos como o de "civilização", num cenário onde a "sujeira", tudo que aparece enquanto o anti-higiênico, era visto como um desvio moral, e os mocambos era sua materialização mais pura, aparecendo também como focos de doença e pontos de desordem e de pessoas promíscuas.

O Plano de Saturnino, por sua vez, apresenta certa dualidade. Primeiramente, deve-se reconhecer a sua importância enquanto obra de engenharia e sua necessidade para a cidade à época. Entretanto, tratando de sua execução, funcionou como um processo de desterritorialização, num cenário onde as reformas e ações vêm a destruir algumas comunidades em prol, por exemplo, da canalização e da abertura de avenidas, ignorando a função social e cultural daquelas habitações e a particularidade de seus moradores. A Liga Social Contra os Mocambos aparece enquanto uma continuidade deste processo, com um caráter mais punitivo, com uma considerável aceitação e apoio social, além de dar razão a discursos moralizadores. Suas ações não caracterizam apenas o oferecimento de alternativas habitacionais enquadradas nos padrões higiênicos e modernistas, mas aparecem também como forma de fiscalização, condenação e destruição. De fato, a materialização da face mais explícita da criminalização da pobreza e do modo de vida dos mocambeiros, culpabilizando nas entrelinhas os moradores por sua posição dentro de uma sociedade excludente e sem oportunidades aparentes para a classe pobre.

As interferências higienistas tentam substituir um modo de vida coletivo, comunitário por um modelo tido como adequado à época, ainda dentro da ideia de modo civilizado, um modelo burguês de comportamento e formas de morar, considerado À época superior, adequado e mais saudável. Esta interferência na cultura e modo de vida desses grupos caracteriza a mudança não somente no quesito espacial; é uma mudança que abrange não apenas o "onde

viver", mas também "como viver". A destruição dessas habitações significa uma ruptura de laços que foram criados ao longo dos anos iniciais do século XX, tratando seus moradores não como cidadãos reféns da pobreza e da exclusão, mas como uma espécie de problema, algo indesejado, e que, para as elites, deveriam ser removidos da área central da cidade, o que vem a acontecer a partir de um processo de interiorização.

Diante dos apontamentos feitos ao longo do desenvolvimento do trabalho, é possível concluir que o higienismo e sua lógica não pertecem exclusivamente ao século XX. Ao observarmos as atuais políticas urbanas, bem como a perpetuação desse déficit habitacional a partir das palafitas, por exemplo, encontramos discursos que visam revitalizar, remodelar e embelezar a cidade através da promoção de ações que condicionam a remoção da população pobre de áreas atualmente valorizadas. Por fim, compreende-se a realidade dos mocambeiros enquanto sujeitos em condições de vulnerabilidade, assim como sendo agentes contribuintes na produção espacial do Recife, seja enquanto sujeitos ativos ou passivos. O processo de "interiorização" dessa população evidencia problemas governamentais da época e a falta de políticas efetivas que pudessem colaborar com a melhoria na qualidade de vida dos mocambeiros. É importante reconhecer que os mocambos e seus moradores não são exclusividade dos séculos passados. Os termos e motivações das ocupações atualmente certamente mudaram, entretanto, as permanências em relação aos afetados são expressivamente visíveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Soares. PONTUAL, Virgínia. “Reformas urbanas nas áreas centrais de Porto Alegre do Recife: semelhanças e Particularidades”. In: **Diálogos: urbanismo br./** José Francisco Bernardino Freitas, organização- Vitória, ES: EDUFES; [NITERÓI, RJ]: EDUFF, 2010. p. 63-96.

ARRAIS, Raimundo Pereira de Alencar. **Recife, culturas e confrontos:** as camadas urbanas na campanha Salvacionista de 1911/ Raimundo Ferreira Alencar Arrais. Natal: EDUFRN, 1998.

ARRUDA, Juliana Bandeira de. SÁ CARNEIRO, Ana Rita. **A ESTÉTICA URBANA NO PROJETO DE SATURNINO DE BRITO (1887-1929).** Paisagem Ambiente: ensaios - n 22. São Paulo. p. 110 - 121. 2006.

Aterro de Lixo. Jornal Pequeno. Recife, 5 de abr.1902. p.2.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERNARDES, Denis. **Recife: O caranguejo e o viaduto/ Denis Bernardes**. - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

BEZERRA, Daniel U. C. **Alagados, mocambos e mocambeiros.** Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais MEC. Imprensa Universitária, 1965.

BRAYNER, Nadja Maria Miranda. “Lutas operárias: Recife nos anos 30 (1)”. In: **Recife:** que História é essa?/ Antonio Paulo Rezende, org. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1987. p. 163-176.

BRITO, Saturnino de. **Obras completas de Saturnino de Brito**. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1944.

BRITO, Saturnino de. **Saneamento do Recife: descripção e relatórios**. Recife: Imprensa Official, 1917.

BURGER, Juliana Bandeira de Arruda. **A paisagem nos planos de saneamento de Saturnino de Brito:** entre Santos e Recife (1905-1917). 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

CARVALHO, Maurício Rocha de; MOREIRA, Fernando Diniz; MENEZES, José Luiz Mota (ORGS.). **Um Recife Saturnino:** Arquitetura, Urbanismo e Saneamento. Recife: Néctar, 2010.

CASTRO, Josué de**. Homens e caranguejos.** São Paulo, Brasiliense. 1967.

CAVALCANTI, Geane B. **Comunidade e identidade:** a liga social contra o mocambo e a construção de um sentido de comunidade e identidade na periferia da cidade do Recife nas décadas de 1930 e 1940. **Escritas,** Vol. 7 n.2 (2015) ISSN 2238-7188. p. 215-229.

CORREIA, Midian Tavares. **As condições de moradia das comunidades pobres na cidade do Recife em meio às políticas públicas de combate à pobreza durante o Estado Novo (1937-1945)** / Midian Tavares Correia. - 2020.
Encontrado morto. Pequeno Jornal. Recife, 25 de out. de 1909. p.2.

ESTELITA, José. **Cruzada Social Contra o Mocambo no Recife:** Dois anos de política social. Revista Arquitetura e Urbanismo, v. 6, n. 14, 1941, pp. 47–60, 1941. Disponível em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/acervo_revistas/index.html#close

Escreve-nos o illustre dr. Bruno Simões Magro. Jornal Pequeno. Recife, 20 de nov. de 1911. p.2

FARIAS, Bruna. MONTALVÃO, Camila. PEREIRA, Evelyne. **Questão social e serviço social em Pernambuco nos anos 1940:** a política contra os mocambos. Artigo para o 16° Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019.

FREYRE, G. **Sobrados e Mocambos.** 3a ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Patrimônio histórico no centro do Recife e os paradoxos da gentrificação.** Estudos Universitários: revista de cultura, UFPE/Proexc, Recife, v. 40, n. 2, p. 204-240, jul./dez. 2023.

GOMINHO, Zelia de Oliveira. **Veneza Americana x Mucambopolis:** o Estado Novo na cidade do Recife (Decadas de 30 e 40). Dissertação (Mestrado em Historia) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

Homenageado o general Manuel Rabelo pela Liga Social Contra o Mocambo. Diário da Manhã. Recife, 4 de set. de 1941. p.2.

Insalubridade. Jornal Pequeno. Recife, 29 de jan. de 1901. p.2.

Liga Contra o Mucambo. Diário de Pernambuco. Recife, 12 de jan. de 1944. p.2.

Liga Contra o Mucambo. Diário de Pernambuco. Recife, 9 de jan. de 1945. p.2.

Liga Social Contra o Mocambo. Diário da Manhã. Recife, 9 de jan. de 1940. p.2.

Liga Social Contra o Mocambo. Diário da Manhã. Recife, 23 de jan. de 1940. p.4.

Liga Social Contra o Mocambo. Diário da Manhã. Recife, 1942.p.5.

LIRA, José Tavares Correia de. **Mocambo e cidade:** regionalismo na arquitetura e ordenação do espaço habitado. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. p. 207-272

Máquinas de Costura para as viúvas pobres. Diário de Pernambuco. Recife, 18 de jan. de 1944. p.2.

MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e subdesenvolvimento:** o caso do Recife. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1978.

MIRANDA, C. A. C. **Um urbanismo excludente:** o caso da capital federal e do bairro do Recife no início do século XX. CLIO. Série Arqueológica (UFPE), RECIFE, v. 20, 2003.

NASCIMENTO, Bruno Nery do. **Entre a "Mendigópolis" e o "Recife Novo":** reforma urbana, higiene e políticas de saúde para as mulheres no governo de Sérgio Loreto (Pernambuco, 1922 - 1926). 2016. 152 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

NASCIMENTO, Luís. **História da imprensa em Pernambuco de 1825-1954:** História dos diários do Recife de 1825-1900. v.2. Recife: Imprensa Universitária . 1964.

Noite de São Bartolomeu. Diário da Manhã. Recife, 13 de nov. de 1946. p.3.

O Combate ao Mocambo. Diário da Manhã. Recife, 6 de dez. de 1946. p.3.

O crime da Capunga. Jornal Pequeno. Recife, 23 de jan. de 1903. p.2.

PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos:** Narrativas do Recife das Décadas de 1930 a 1950. Recife, Ed. da UFPE. Recife, 2001.

Portaria. Diário de Pernabuco. Recife, 6 de mar. de 1910.p. 3.

Prosseguimento do plano de extinção dos mucambos. Diário de Pernambuco. Recife, 25 de ago. de 1944. p.5.

Providências. Jornal Pequeno. Recife, 22 de nov. de 1907. p.2.

Relatório. Diário de Pernabuco. Recife 6 de dez. de 1910.p. 2.

Rádio Club de Pernambuco. Diário da Manhã. Recife, 3 de jan. de 1940. P.4.

Saneamento da Capital. Jornal Pequeno. Recife. 6 de mar. de 1912. P.1.

SOUZA, Carolina Rego. **Vilas operárias e as reconfigurações urbanas de Santo Amaro no século XX**/ Carolina Rego Souza – Recife, 2025.

Summario da Imprensa. Diário de Pernambuco. Recife, 18 de out. de 1911.p. 2.

Uma visita à Usina Santa Therezinha. Diário de Pernambuco. Recife, 14 de jan. de 1940 p.8.

Vacas leiteiras. Jornal do Recife. Recife, 6 de jan de 1922. p.7.

Várias. Diário de Pernambuco. Recife, 28 de abr. de 1918. p. 3.